



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade  
Programa de Pós-Graduação em Economia  
Mestrado Profissional em Economia

João Marcus Fernandes Lima

**EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA, TERCEIRIZAÇÃO E INVESTIMENTO:  
UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Brasília

2017

João Marcus Fernandes Lima

**EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA, TERCEIRIZAÇÃO E INVESTIMENTO:  
UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, Departamento de Economia, Administração, Contabilidade, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia. Área de concentração: Finanças Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Nascimento Júnior.

Brasília

2017

Lima, João Marcus Fernandes.

Expansão Universitária, Terceirização e investimento: um estudo na  
Universidade de Brasília / João Marcus Fernandes Lima. ó 2017.

62 f.: 31 cm

Dissertação (Mestrado Profissional) ó Universidade de Brasília,  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Programa de  
Pós-Graduação em Economia, 2017.

1. Terceirização. 2. Investimento. 3. Gasto público. I. Nascimento Junior,  
Antônio. II. Universidade de Brasília. III. Título.

João Marcus Fernandes Lima

**EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA, TERCEIRIZAÇÃO E INVESTIMENTO:  
UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova a Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia. Área de concentração: Finanças Públicas.

---

Prof. Antônio Nascimento Júnior (Orientador)  
Departamento de Economia ó UnB

---

Prof. Roberto de Góes Ellery Júnior  
Departamento de Economia ó UnB

---

Prof. Adolfo Sachsida (Membro Externo)  
Avaliador Externo ó IPEA

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, aos Meus Pais João de Deus Alves de Lima e Maria do Perpétuo Socorro Fernandes Lima e a minha amada Noiva Ana Rachel Gomes da Silva.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais João de Deus Alves de Lima e Maria do Perpétuo Socorro Fernandes pelo amor incondicional, paciência, exemplo de caráter e dedicação ao trabalho além do constante incentivo a minha qualificação profissional.

Aos meus irmãos Igor Rafael, Lia Raquel e Nara Melissa pelo carinho, amizade, apoio, compreensão e cumplicidade.

A minha amada noiva Ana Rachel Gomes da Silva pelo amor, carinho, paciência e dedicação demonstrada nesses últimos dois anos de caminhada.

A todos os colegas da Diretoria de Contabilidade e Finanças, local onde construí muitas amizades e onde tive a oportunidade de me desenvolver profissionalmente.

A Universidade de Brasília pela oportunidade e privilégio em cursar um mestrado em uma Universidade de reconhecida qualidade acadêmica.

Ao meu orientador, Professor Antônio Nascimento Júnior, pela atenção e dedicação apresentada em todo o período de elaboração deste Estudo.

Ao Professor Roberto Ellery Goés Júnior, pelo apoio na análise e interpretação dos dados.

Ao meu colega Joardo de Deus Passos, pelo apoio na coleta dos dados necessários para a elaboração da pesquisa.

Ao Tiago Mota dos Santos e a Francinilda de Oliveira Barbosa pelo apoio, incentivo e confiança na minha capacidade profissional.

Aos amigos Jailson Martins, Tiago Nonaka, Leandro de Moura, Elizângela Ribeiro, Raissa Alecrim, Lourência Alvarenga, Luiz Flávio Nogueira e Rafael Soares pela amizade e convivência saudável que me proporcionaram no ambiente de Trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho teve como tema central o estudo das despesas com contratos de terceirização na Universidade de Brasília e seus reflexos sobre a execução das despesas de capital (investimentos) destinados a expansão da Instituição. Foram analisados por meio da técnica de correlação linear os dados referentes à realização de Despesas com Terceirização, bem como a execução de Investimentos e a variação Orçamentária da Fundação Universidade de Brasília - FUB, no período de 2002 a 2016. Os valores destinados ao custeio de Despesas com Terceirização e Execução de Investimentos foram comparados com os valores destinados ao pagamento de pessoal Ativo, Inativo, Pensionista, Professores Substitutos e os Gastos com Outras Despesas de Terceiros - Pessoa Jurídica. No intuito de analisar possíveis Fontes de Financiamento para as crescentes Despesas com Terceirização o estudo analisou também a dinâmica de evolução das Receitas diretamente arrecadadas. Os resultados apresentados constataram que durante o período analisado as despesas com Terceirização apresentaram um crescimento superior a 360% e os recursos destinados a execução de Investimentos sofreram uma redução superior a 83%, apresentado uma correlação negativa de -0,48 indicando que as duas variáveis apresentaram um grau de associação decrescente.

Palavras-chave: Terceirização. Investimento. Gasto Público.

## ABSTRACT

This research focuses on the study of outsourcing contracts expenses at the University of Brasilia (UnB) and its effects on the investment dedicated to the University expansion. The data has been analyzed using linear correlation methods regarding Outsourcing Expenses as well as the Investments and Budget variation of FUB (University of Brasilia Foundation) throughout 2002 to 2016. The figures dedicated to financing the Outsourcing Expenses have been compared to the ones dedicated to Personnel Payment of active and inactive employees, pensioners, adjunct professors, and expenses regarding other parties of juridical person. Endeavoring to analyze likely Sources of Financing to the increasing Outsourcing Expenses the research has also analyzed the dynamics of the evolution directly levied income. The results establish that during the assessed period the outsourcing expenses increased over 360% and the resources dedicated to Investments decreased below 83% demonstrating a negative correlation of -0.48 indicating that both variables have an inverse correlation ratio.

Keywords: Outsourcing, Investment, Public Expenditure.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 ó Quantitativo de trabalhadores empregados nos contratos de Terceirização gerenciados pela Diretoria de Terceirização da Fundação Universidade de Brasília.....	30
Gráfico 2 ó Evolução das Despesas com Terceirização da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	35
Gráfico 3 ó Evolução dos Investimentos da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	38
Gráfico 4 ó Correlação entre Investimento e Terceirização.....	39
Gráfico 5 ó Comparação entre despesas com Terceirização e a execução de Investimentos da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	40
Gráfico 6 ó Evolução do Orçamento da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016...	42
Gráfico 7 ó Correlação Orçamento e Terceirização .....	43
Gráfico 8 ó Correlação Orçamento e Investimento .....	44
Gráfico 9 ó Evolução da Despesas com Outros Serviços de Terceiros-PJ da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	47
Gráfico 10 ó Evolução das despesas com o pagamento de vencimento ao pessoal ativo da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016 .....	48
Gráfico 11 ó Evolução das despesas com pagamento de pessoal inativo da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	49
Gráfico 12 ó Evolução das Despesas com pagamento de Pensionistas da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	51
Gráfico 13 ó Demonstrativo de evolução das despesas com o pagamento de professores substitutos da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	52
Gráfico 14 ó Evolução das receitas diretamente arrecadadas pela Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	54
Gráfico 15 ó. Evolução da Receita Patrimonial da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	56

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 ó Contratos Gerenciados pela Diretoria de Terceirização da Fundação Universidade de Brasília.....	28
Tabela 2 ó Percentual de cada contrato sobre o valor mensal de desembolso .....	29
Tabela 3 ó Composição das Despesas com Terceirização (milhões de Reais) da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	33
Tabela 4 ó Quadro comparativo entre as despesas com Terceirização e o orçamento anual da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	35
Tabela 5 ó Variação percentual anual das Despesas com Terceirização da Fundação Universidade de Brasília.....	36
Tabela 6 ó Quadro Comparativo entre Investimento e Orçamento da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	37
Tabela 7 ó Variação percentual anual dos Investimentos na Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016 .....	37
Tabela 8 ó Comparação entre as despesas com Terceirização e o Investimento realizado na Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016 .....	39
Tabela 9 ó Evolução percentual anual do orçamento da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016 .....	41
Tabela 10 ó Variação percentual anual das despesas com Outros Serviços de Terceiros-PJ da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	45
Tabela 11 ó Participação das despesas com Outros Serviços de Terceiros-PJ no Orçamento Anual da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016 .....	46
Tabela 12 ó Evolução percentual das despesas com pagamento de Pessoal Ativo da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	47
Tabela 13 ó Variação percentual das despesas com pessoal Inativo da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	49
Tabela 14 ó Variação percentual anual das despesas com pagamento de pessoal pensionista da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	50
Tabela 15 ó Variação percentual anual das despesas com o pagamento de professores substitutos da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	51
Tabela 16 ó Evolução das Receitas da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	53

## LISTA DE TABELAS

(continuação)

Tabela 17 ó Participação percentual das Receitas diretamente arrecadadas em relação ao Orçamento da Fundação Universidade de Brasília.....	54
Tabela 18 ó Variação percentual da receita patrimonial da Fundação Universidade de Brasília.....	55
Tabela 19 ó Relação entre a Receita patrimonial e a Receita Total da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016.....	56

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 ó Descrição dos serviços e das contas contábeis associadas à execução de serviços de Terceirização da Fundação Universidade de Brasília.....	34
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS

CGU	CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
DAF	DECANATO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DCF	DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
DPO	DECANATO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DTER	DIRETORIA DE TERCEIRIZAÇÃO
FUB	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IPCA	ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MPOG	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
PAC	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
PDE	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
REUNI	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
SIAFI	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
SLTI	SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
STN	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
UNB	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	13
1.1	<i>Objetivo Geral</i> .....	15
1.2	<i>Objetivos Específicos</i> .....	15
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	16
2.1	<i>Histórico da Terceirização como Ferramenta de Gestão</i> .....	16
2.2	<i>Terceirização no Setor Público Brasileiro</i> .....	18
2.3	<i>Política Fiscal e seus reflexos sobre a Execução das Despesas Públicas</i> .....	21
2.4	<i>Financiamento e Investimento nas Universidades Federais</i> .....	25
2.5	<i>Terceirização na Universidade de Brasília</i> .....	26
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	31
<b>4</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	33
4.1	<i>Despesas com Terceirização</i> .....	33
4.2	<i>Correlação entre as despesas com Terceirização e Investimento ó 2002-2016</i> .....	38
4.3	<i>Orçamento 2002-2016</i> .....	40
4.3.1	<i>Correlação Orçamento e Terceirização</i> .....	42
4.3.2	<i>Correlação Orçamento e Investimento</i> .....	43
4.4	<i>Despesas com Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica</i> .....	44
4.5	<i>Despesas Pessoal Ativo</i> .....	47
4.6	<i>Despesas com o Pagamento de Pessoal Inativo</i> .....	48
4.7	<i>Despesas com o Pagamento de Pensionistas</i> .....	50
4.8	<i>Despesas com Pagamento de Professores Substitutos</i> .....	51
4.9	<i>Receitas Diretamente Arrecadada</i> .....	52
4.9.1	<i>Receita Patrimonial</i> .....	55
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	57
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	60

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A terceirização de mão de obra e serviços é um conceito direcionado tanto para a redução de custos quanto para a eficiência operacional nas organizações, sejam elas públicas ou privadas. A constante evolução nas despesas com a manutenção de contratos de terceirização de mão de obra representa uma tendência geral que se observa no Setor Público como um todo. No caso da Universidade de Brasília o crescimento das despesas com terceirização pode afetar diretamente a prestação do serviço público para o qual a Universidade está focada.

De acordo com informações disponibilizadas pelo Decanato de Planejamento e Orçamento - DPO da Universidade de Brasília, nos últimos anos foi verificado que alguns contratos de Terceirização de mão de obra têm sido reajustados acima da inflação. A despesa com os principais contratos de terceirização da UnB ultrapassou a quantia de 100 milhões no ano de 2014 tornando os contratos com Terceirização como a principal despesa, depois das despesas obrigatórias com pagamento de servidores ativos, inativos, pensionistas e professores substitutos.

A recente crise fiscal fez com que o Orçamento referente ao ano de 2015 registrasse uma redução de 30% dos repasses totais de recursos do Ministério da Educação. No mesmo ano o (MEC), estimou uma redução de 10% a 30% nas verbas de custeio e de aproximadamente 50% nos valores destinados a investimentos (despesas de capital) para as Universidades Federais.

O governo federal adotou medidas de contingenciamento do orçamento visando equilibrar as contas públicas que apresentavam um déficit primário. Como reflexo dessa restrição orçamentária a Universidade de Brasília que dependente de repasses do MEC para a manutenção de suas atividades foi obrigada a adotar medidas visando o redimensionamento dos contratos de prestação de serviços, o que ocasionou a demissão de alguns colaboradores das empresas terceirizadas e conseqüentemente prejudicou a execução de alguns serviços destinados a manutenção das atividades da Universidade.

Em um orçamento contingenciado e escasso ficou evidente a necessidade de utilizar os recursos financeiros de forma mais eficiente, pois a elevação descontrolada das despesas destinadas a manutenção e custeio das Universidades poderiam impactar diretamente do funcionamento da Instituição, afetando as atividades primordiais que são o ensino a pesquisa e as atividades de extensão, além de prejudicar a realização de Investimentos. No atual modelo de gestão das Universidades Públicas a maior parte dos recursos destinados a

manutenção e funcionamento da Universidade são repassados pelo Governo Federal por meio do Ministério da Educação.

Entretanto para contextualizar a atual realidade das despesas com Terceirização e a execução de Investimentos na Universidade de Brasília é necessário analisar algumas ações de governo realizadas nos meados da década passada, quando o Governo Federal decidiu criar um programa que permitisse o retorno do crescimento do ensino superior público no Brasil que ficou estagnado durante vários anos.

Entre as ações pretendidas estavam a criação de mais vagas em cursos de graduação, combate a evasão, oferta de cursos noturnos e a ampliação e expansão da estrutura física das Universidades, com a construção de novos *campi*. Nesse novo contexto de expansão do Ensino Superior o programa REUNI ó RESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS, foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, sendo uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) apresentando com principais objetivos a ampliação do acesso e a permanência no ensino superior (BRASIL, 2007). No entanto, o recente desequilíbrio nas contas públicas que ocorre desde meados de 2014 obrigou o governo federal no começo do ano de 2015 a realizar um significativo contingenciamento no orçamento dos ministérios, incluindo o ministério da Educação - MEC.

Uma das consequências do REUNI para a Universidade de Brasília foi à construção dos *campi* da Ceilândia e do Gama, além da ampliação do *campus* Darcy Ribeiro, localizado na zona central de Brasília, aumentando dessa forma a quantidade de alunos matriculados e conseqüentemente elevando o custo de manutenção associado ao funcionamento da Universidade.

Cabe destacar que apesar do esforço da Universidade em honrar o pagamento serviços de Terceirização junto às empresas prestadoras de serviço nos prazos estabelecidos nos contratos, não são raras as situações em que os colaboradores das empresas terceirizadas paralisam suas atividades alegando atraso de salários, não pagamento de benefícios como vale transporte e auxílio alimentação por parte das empresas contratadas. Essas constantes paralisações nas atividades dos Terceirizados provocam diversos transtornos para a Universidade pois, os contratos de prestação de serviços permitem o funcionamento do Restaurante Universitário, a prestação do serviço de vigilância ostensiva, o serviço de conservação e limpeza das instalações, além de serviços de jardinagem, motoristas entre outros.

A pesquisa analisou por meio de dados obtidos no Sistema de Administração Financeira - SIAFI, a execução das despesas relacionadas à Terceirização de serviços e a efetiva realização de investimentos na Universidade de Brasília - UnB, no período de 2002 a 2016. Foram analisados também dados relativos à Variação Orçamentária e realização de Receitas e Despesas de Pessoal de caráter obrigatório.

Dessa forma, o questionamento central desse estudo é Identificar se os custos com a Terceirização impactaram os investimentos na política de expansão da Universidade de Brasília - UnB.

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos onde no primeiro capítulo são apresentadas algumas considerações iniciais e a contextualização dos temas terceirização, investimento e expansão a realidade da Fundação Universidade de Brasília - FUB. O primeiro capítulo apresenta também o problema de pesquisa bem como objetivo geral, objetivos específicos e justificativa para o estudo. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico alinhado os temas Terceirização, Gasto público, Fontes de Financiamento do Ensino Superior e Investimento. Nesse capítulo são destacadas as contribuições de diversos autores sobre os temas anteriormente descritos.

O terceiro capítulo é destinado para apresentação da metodologia utilizada na obtenção e análise dos dados, bem com a caracterização da pesquisa e da instituição de será objeto do estudo. O capítulo quatro está destinado para a apresentação e análise dos resultados obtidos. Finalmente no capítulo cinco serão apresentadas as considerações finais e sugestões baseadas nos resultados obtidos por meio da pesquisa.

### *1.1 Objetivo Geral*

Analisar o impacto da Terceirização nos investimentos de expansão da Universidade de Brasília - UnB.

### *1.2 Objetivos Específicos*

Realização de Revisão da Literatura a respeito do Tema.

Pesquisar dados referentes a execução de despesas com Terceirização e de Investimentos na UnB.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo traz uma revisão da literatura relacionada ao tema no presente estudo.

### 2.1 *Histórico da Terceirização como Ferramenta de Gestão*

A terceirização de mão de obra e serviços é uma ferramenta gerencial direcionada tanto para a redução de custos quanto para a eficiência operacional nas organizações, sejam elas públicas ou privadas. Para Carvalho (2002) a terceirização é um processo antigo, que remonta a Roma Antiga, onde os senhores nobres e grandes latifundiários montavam seus próprios exércitos para protegerem os seus patrimônios. Também os reis, príncipes e imperadores se utilizavam dessa ferramenta para a proteção das *polis*, as cidades-Estado do período. Cada cidade, portanto, mantinha um exército para garantia da segurança do governante e da soberania do território. Durante a Segunda Guerra mundial quando as indústrias norte-americanas estavam com sua produção direcionada para o fornecimento de armamentos, houve a necessidade de transferir para outras indústrias a fabricação de peças e componentes, em virtude de estarem com sua capacidade de produção saturada. Consolida-se assim uma nova prática de prestação de serviços, pela qual as empresas delegavam a outras organizações parte das suas atividades, a fim de atenderem as demandas existentes.

Marcelino e Cavalcante (2012, p 338) se propõem a apresentar uma definição formal do ponto de vista analítico e político do tema: “Terceirização é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e/ou a externalização dos conflitos trabalhistas.”

Ainda de acordo com Marcelino e Cavalcante (2012, p 333) a palavra “Terceirização” é um neologismo; sua origem é o latim *terciariu*, derivada do ordinal *tertiariu*. Provavelmente, esse neologismo é uma exclusividade brasileira; pois em todos os outros países, o termo usado refere-se à relação entre as duas organizações, ou seja, é sempre a tradução da palavra subcontratação: em francês, *soustraitance*, em italiano, *sobcontrattazione*, em espanhol *subcontratación*, no inglês, *outsourcing*, em Portugal, *subcontratação*. Leiria e Saratt (1995), o termo “Terceirização” foi criado por Aldo Sani, engenheiro e diretor superintendente da Riocell ó empresa de celulose da cidade Guaíba, Rio Grandes do Sul ó no início da década de 1970.

A prática da terceirização é bastante difundida no mundo corporativo e está relacionada com a qualidade, a competitividade e a produtividade. A terceirização permite que a organização concentra-se no seu produto estratégico, naquilo que é capaz de fazer melhor, com competitividade e maior produtividade. As tarefas secundárias e auxiliares são realizadas por empresas que se especializaram de maneira mais racional e com menor custo (BARBOSA; VALENÇA, 2002). Conforme Barbosa e Valença (2002, p.164):

Há três propósitos básicos na mente de quem decide terceirizar: a diluição dos custos diretos e indiretos; a elevação do nível de eficiência dessa atividade, pela sua execução terceirizada; e a manutenção de um nível mínimo aceitável de lealdade à empresa, por parte dos novos executores das atividades terceirizadas.

A terceirização ou subcontratação surgiu com o intuito de permitir que as organizações pudessem concentrar os esforços em suas respectivas razões de ser, ou seja, na atividade fim. Diante disso, as organizações repassavam parte das Atividades necessárias ao processo produtivo transferindo-as para outras empresas ou para trabalhadores autônomos por meio da subcontratação de serviços visando redução de custo e aumento de qualidade para se manterem competitivas em um mercado cada vez mais globalizado. Entre às vantagens e desvantagens da terceirização destacadas sob a ótica dos gestores públicos, destacam-se como as principais vantagens da terceirização a redução do custo, a facilidade de punição a um terceiro, a parceria, a qualidade e a tecnologia, em sua grande maioria os gestores públicos não percebem a exclusão social, o enfraquecimento sindical e a precarização do trabalho como aspectos negativos da terceirização (MAGALHÃES; SOUZA; ANDRADE, 2011).

O início dos anos noventa marcou o início globalização da economia, o aumento da competitividade e o avanço tecnológico influenciaram a criação de novos desenhos organizacionais, flexibilização e mudanças nas relações de trabalho instituídas dentro das novas práticas de gestão. A nova estrutura produtiva das organizações tornou-se flexível, o que possibilitou a elas recorrer ao enxugamento da estrutura administrativa e Operacional (downsizing), à terceirização de atividades (Outsourcing) e à adoção de novas formas de organização dos processos internos (MANDARINI, ALVES, STICCA, 2016).

A adoção de uma política econômica neoliberal no governo Fernando Collor permitiu o ganho de impulso da Terceirização, pois marcava o início de um período de abertura econômica ao mercado internacional. Durante esse período também ocorreu o processo de privatizações de empresas públicas e de minimização do papel do Estado. Nesse contexto, a flexibilização na Administração Pública iniciou-se como parte desse cenário, principalmente diante da crise econômica vivenciada, cuja proposta neoliberal de solução passava por reduzir a atuação do Estado na economia, reduzindo seu papel social, concedendo ao mercado o papel

de instituição determinante ao acesso de grande parte dos bens e serviços sociais. Dessa forma, buscou-se, a introdução de mecanismos de mercado na gestão pública, voltados para a administração ágil, menos burocrática, com foco na sociedade como cliente (AQUINO et al., 2014).

## 2.2 *Terceirização no Setor Público Brasileiro*

Em geral as organizações públicas terceirizam atividades como conservação, limpeza, jardinagem, vigilância, transportes, suporte em informática, copeiragem, manutenção de veículos e equipamentos, ou seja, as organizações contratam de terceiros, os serviços necessários ao dia-a-dia, mas que não afetam diretamente sua atividade fim. Para os órgãos públicos há uma vantagem evidente em termos de custos, pois os empregados terceirizados não são obrigados a ter estabilidade no emprego que os servidores públicos possuem por exercerem atividades típicas do governo. Além disso, em termos de eficiência, existe a vantagem na possibilidade de rescindir o contrato de prestação de serviços com empresas que prestem serviços ruins ou ainda determinar a contratada que substitua o colaborador que não cumpra os serviços conforme o previsto em contrato. Outra vantagem seria o fato que de a administração estaria desobrigada de gerenciar atividades como folha de pagamento, férias, obrigações patronais, controle de frequência e etc. dos empregados terceirizados, o que permitiria uma redução dos quadros administrativos da organização (KÖHLER; MENDES, 2011).

Assim como no setor privado, as decisões sobre terceirização no setor público devem ser tomadas com muita cautela observando-se as características da organização. A escolha depende de uma análise criteriosa e estratégica sobre as vantagens e riscos envolvidos (MAGALHÃES; SOUZA; ANDRADE, 2011). Dados disponibilizados pela Controladoria Geral da União - CGU revelam que terceirização dos serviços de limpeza e vigilância é recorrente na Administração Pública Federal e tem como objetivo a redução de custos e o aumento da eficiência operacional. Em que pese o objetivo das terceirizações de vigilância, limpeza e conservação ser o de reduzir custos, os dispêndios com tais contratações têm crescido acentuadamente nos últimos anos, chegando ao montante, em 2013, de cerca de R\$ 6,29 bilhões. Cabe ressaltar, também, a importância do setor público na demanda por estes serviços, correspondendo a aproximadamente 30% da demanda por vigilância armada e 60% dos serviços de limpeza e conservação no Brasil. (CGU, 2015).

A Execução de despesas com contratação dos serviços de terceirização de limpeza e conservação predial cresceu mais de 109% no período entre 2009 e 2013, perfazendo aumento anual médio de 20,50%. Já os gastos com vigilância excederam o valor de R\$ 1,8 bilhão em 2013. Este tipo de gasto cresceu mais de 133% entre os anos de 2009 e 2013, perfazendo aumento anual médio superior a 23% ao ano. Vale destacar que, além das despesas com os serviços de vigilância e serviços de limpeza e conservação, as outras despesas com terceirização (Locação de mão de obra) cresceram acentuadamente no período. Em relação ao total dos gastos com terceirização no setor público, os dispêndios com terceirização de vigilância representaram, em 2013, aproximadamente 30% do total de despesas com terceirização de mão de obra, enquanto os gastos com limpeza e conservação corresponderam a 23% daquele total (CGU, 2015).

As despesas com locação de mão de obra têm crescido de forma acelerada nos últimos anos em comparação com outros dispêndios governamentais. Em 2009, representavam 4,71% das despesas primárias discricionárias (exceto as despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento ó PAC), passando para 7,32% dessas em 2013. As despesas discricionárias (exceto as despesas do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC) cresceram mais de 26% no período de 2009 a 2013, frente a um crescimento superior a 96% nas despesas com locação de mão de obra, registradas pela conta contábil 339037. Cabe ressaltar que as despesas com Terceirização de serviços compõem as despesas primárias discricionárias e anualmente vêm representando uma maior parcela do crescimento das despesas discricionárias. As despesas com Terceirização de mão de obra atingiram em 2013, 7,32% do total de despesas primárias não discricionárias excluindo-se as despesas com o PAC (CGU, 2015).

Tal constatação se torna ainda mais relevante em um orçamento rígido, como o orçamento da União, no qual a margem para alocação de despesas discricionárias é reduzido. As melhorias no modelo de contratação e na eficiência operacional desses contratos apresentam potencial relevante de economia de recursos públicos e impactam diretamente a dinâmica dos setores envolvidos (CGU, 2015).

Verifica-se que as despesas com locação de mão de obra têm crescido de forma acelerada nos últimos anos em comparação com as outras despesas governamentais, em especial as despesas primárias discricionárias. Diante disso, é possível afirmar que o crescimento ocorrido nos últimos anos nas despesas com locação de mão de obra pode retirar espaço orçamentário de outras despesas, tais como de investimentos (CGU, 2015).

Dados obtidos por meio de consulta ao SIAFI ó Sistema Integrado de Administração Financeira demonstram que as despesas com terceirização cresceram 82% entre 2005 e 2010, o que revela ser uma taxa muito acima das taxas de crescimento dos gastos fixos e variáveis com pessoal civil, com gastos com material de consumo e com aposentadorias e pensões. Fica evidente a expansão com os gastos com terceirização nos órgãos públicos que pode estar ligada a tendência dos órgãos públicos em maximizar suas áreas meio (KÖHLER; MENDES, 2011).

A Terceirização de contratos de mão de obra foi uma estratégia encontrada pelo Estado como alternativa para enxugamento dos gastos com pessoal. No Brasil a reforma gerencial conduzida por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), trouxe como consequências o redimensionamento das funções estatais com a redução do tamanho da máquina pública estatal com o objetivo de torna - lá mais ágil, eficiente, eficaz e moderna. Nesse contexto a terceirização foi uma das estratégias para alcançar o objetivo de redução da força de trabalho vinculada diretamente ao setor público (SIRELLI, 2009).

O expressivo aumento do número de contratos terceirizados reforça um discurso ideológico focado na preocupação de justificar a diminuição do tamanho da máquina pública. Os autores da Reforma Gerencial no Brasil consideravam "excessivo, dispendioso, inadequado e ineficiente o quadro de pessoal existente e as relações trabalhistas vigentes no setor, igualmente inadequadas e rígidas" (BORGES, 2004, p. 257).

A adoção da terceirização tem sido adotada por diferentes governos com o objetivo de diminuir o quadro de servidores públicos, revelando o poder de intervenção de um projeto neoliberal com ideologia de Estado mínimo. Durante o governo do Presidente Fernando Collor de Mello os servidores foram associados à crise no país, iniciando um ciclo de medidas reformistas de desestruturação do setor público, não revertido até hoje. No governo do Presidente Fernando Henrique, novamente os servidores públicos foram alvo dos ajustes propostos pelas reformas gerenciais, voltadas a adequação das contas públicas. Atualmente o panorama não muda, pois a maioria das ações que visam introduzir medidas de ajuste fiscal que afetam diretamente os servidores públicos (SIRELLI, 2009).

O setor de serviços é caracterizado por atividades bastante heterogêneas quanto ao porte das empresas, à remuneração média e a intensidade no uso de tecnologias. Nas últimas décadas, o desempenho das atividades que compõem o setor vem se destacando pelo dinamismo e pela crescente participação na produção econômica brasileira. A terceirização dos serviços de mão de obra é voltada tanto para a redução de custos quanto para o aumento

da eficiência operacional da Administração Pública. A redução de estruturas administrativas permite à intensificação das atividades inerentes a missão de uma determinada organização.

No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, dois normativos legais compõem a base jurídica da terceirização de tais serviços: o Decreto nº 2.271/1997 (BRASIL, 1997) e a Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008 (MPOG, 2008). O Decreto nº 2.271/1997, em seu 1º artigo, dispõe o seguinte:

Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.

§ 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.

A Instrução Normativa nº 02/2008 ó SLTI/MP lança as regras e diretrizes para a contratação de serviços de terceirização por órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais ó SISG (MPOG, 2008).

### *2.3 Política Fiscal e seus reflexos sobre a Execução das Despesas Públicas*

A adoção de uma política fiscal expansionista pode conduzir a economia de uma determinada nação para uma elevação descontrolada dos gastos públicos, trazendo como consequência o aumento da inflação que poderá ser contido pelo governo por meio de uma elevação da taxa de juros básica da economia. Uma taxa de juros elevada encarece os custos de novos investimentos podendo afetar diretamente a taxa de desemprego (SACHS; LARRAIN, 2000).

No período entre 2008 e 2014 o governo brasileiro adotou como estratégia para enfrentamento da crise internacional uma política fiscal expansionista de inspiração Keynesiana, onde os gastos públicos foram elevados com forma de manter a economia aquecida, pois dessa forma o governo por meio de seus gastos crescentes poderia demandar cada vez mais produtos e serviços das firmas que dessa formam poderiam manter sua produção crescente.

Além disso, o governo Brasileiro favoreceu setores produtivos como a indústria automobilística e da construção civil com isenções e renúncias fiscais bilionárias, que foram ofertadas em troca da manutenção dos postos de trabalho. Além da expansão dos Gastos públicos, outra característica marcante do período foi à adoção de uma política monetária expansionista com a redução da taxa de juros que possibilitou uma consequente elevação da

oferta de crédito tanto para as famílias quanto para as empresas em geral. Na implantação da estratégia de ampliação da oferta de crédito a juros mais baixos, os bancos públicos com a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e outros passaram a oferecer linhas de crédito especial para aquisição de imóveis, para obras de infraestrutura, aquisição de máquinas e equipamentos, modernização da frota de caminhões entre outros.

Nesse mesmo contexto de aumento das despesas públicas, o governo ampliou os programas assistenciais e de transferência de renda como bolsa família, seguro defeso, vale cultura etc.. A adoção da política fiscal expansionista permitiu em curto prazo de tempo a manutenção dos níveis de crescimento da economia e o controle da taxa de desemprego. No entanto a elevação dos gastos públicos não veio acompanhada da elevação da produtividade do setor público e da melhoria significativa da infraestrutura instalada e da modernização do parque industrial Brasileiro.

A evolução do déficit nas contas públicas, a pressão inflacionária constante e o rebaixamento da nota de crédito do Brasil por parte de agências de investimento internacional obrigaram o governo a adotar medidas para conter a evolução dos gastos públicos, fazendo com que a política fiscal antes expansionista fosse abandonada com a elevação dos juros como principal ferramenta de controle da inflação, além da adoção de cortes orçamentários visando a contenção do crescimento do gasto público.

Araújo, Monteiro e Cavalcante (2010, p. 4) definem o Gasto Público como:

Um dos principais meios de atuação do governo. Através deles, o governo manifesta as suas prioridades mediante a prestação de serviços públicos básicos e a realização de investimentos. Vários fatores afetam o nível dos gastos públicos e suas oscilações, dentre eles: a renda nacional, a capacidade do governo em obter receitas, problemas sociais, mudanças políticas, desenvolvimento tecnológico, gastos públicos em períodos anteriores, entre outros. Esses influenciam no comportamento e no nível de gastos governamentais, direta ou indiretamente, em qualquer país do mundo.

De acordo com a Teoria da Produtividade no Setor Público, também conhecida como Lei de Baumol as inovações tecnológicas são de difícil inserção na Administração Pública, pois a produtividade do setor público cresce menos do que a produtividade do setor privado. Portanto, o setor privado sustenta a o setor público que possui uma produtividade menor (BAUMOL, 1966).

Segundo o modelo IL-SM conhecido com modelo Keynesiano Generalizado a demanda agregada está relacionada à taxa de juros, portanto caso não haja variação das variáveis G - gastos do governo e T- tributos, uma eventual redução da taxa de juros aumenta a demanda agregada, pois com juros menores haverá uma maior oferta de crédito (SACHS; LARRAIN,

2000). No caso Brasileiro governo adotou uma política econômica normativa aumentando demasiadamente as despesas públicas e os investimentos, ampliando a oferta de crédito por meio da redução da taxa de juros e ainda utilizando a ferramenta da desoneração tributária para determinados setores produtivos. Dados da Secretaria do Tesouro Nacional apontam que gastos públicos cresceram mais do que a arrecadação de impostos o que ocasionou um déficit nas contas públicas nos anos de 2014, 2015 e 2016.

Musgrave (1959) agrupou as atribuições do governo em três grandes funções que são a alocativa, estabilizadora e distributiva, sendo que a função distributiva é realizada através da ação governamental destinada a minimizar os desequilíbrios de renda e de condições de vida entre os cidadãos de diversas regiões, buscando o alcance de níveis de desenvolvimento social aceitáveis. O mercado não é capaz de redistribuir a renda de forma a promover a justiça social, dessa forma, o governo deve adotar medidas que possibilitem a redistribuição da riqueza e o alívio da pobreza aos níveis desejáveis pela sociedade. Os gastos com a manutenção da rede de amparo social e com a cobertura de benefícios previdenciários universais são exemplos da ação distributiva do Governo.

Ainda de acordo com o autor, as ações destinadas a conter os efeitos dos ciclos econômicos sobre a renda e o consumo estão inseridas na Função Estabilizadora. Entre as ações destinadas ao controle do governo sobre a economia destacamos a utilização da demanda agregada como forma de fomento a economia nos momentos de recessão econômica, e o controle da taxa de juros como controle do crédito e conseqüentemente da pressão inflacionária. A função alocativa do governo está relacionada ao fornecimento de bens e serviços que o setor privado é incapaz de fornecer em a um nível satisfatório para o atendimento das demandas sociais. A função alocativa atende a demanda por bens públicos como defesa nacional, segurança pública, educação e saúde pública.

A Teoria Econômica Clássica aponta de forma transparente que a política de tributação e o incentivo a elevação dos gastos públicos são ferramentas essenciais para amenização dos efeitos ocasionados pelos ciclos econômicos. Nos períodos de depressão, onde a atividade econômica opera em um nível abaixo do natural, os gastos públicos ganham destaque como ferramenta de estímulo à economia (BOUERI; ROCHA; RODOPOULOS, 2015).

Ajustes Fiscais bem-sucedidos visam a manutenção do equilíbrio orçamentário o corte dos gastos correntes ao invés do aumento das receitas e a minimização dos efeitos dos cortes sobre as despesas de capital. Entre os efeitos positivos dos Ajustes Fiscais estão o crescimento econômico e a queda dos níveis de desemprego. A redução de gastos percebidos como permanentes cria a expectativa de redução da carga futura entre os agentes econômicos, que

por consequência leva a ampliação do consumo privado (BOUERI; ROCHA; RODOPOULOS, 2015).

Outro ponto relevante a ser destacado na condução de um Ajuste Fiscal está relacionado ao efeito de redução na taxa de juros como um efeito da maior credibilidade da política fiscal no combate a inflação. A queda na taxa de juros incentiva a realização de investimentos privados e a aquisição de bens duráveis como máquinas e equipamentos (BOUERI; ROCHA; RODOPOULOS, 2015).

Os cortes de gastos são mais efetivos para estabilizar a dívida pública do que o aumento de receitas ocasionado pelo aumento da arrecadação de tributos, por sua vez, os cortes de impostos são mais efetivos como estímulo a economia do que o aumento de gastos públicos. Ajuste fiscal baseado apenas em aumentos de receitas via impostos apresenta efeitos mais drásticos na retração econômica do que a opção pela redução dos gastos públicos. A redução dos gastos correntes tende a aumentar as taxas de crescimento no curto prazo em um nível maior do que o crescimento ocasionado pelo incremento das receitas via tributação da atividade econômica. Em situação de ajuste Fiscal a execução de investimentos deve ser preservada, pois a redução na execução de despesas de capital implica em um menor índice de crescimento, já a redução das despesas de obrigatórias não interfere no crescimento (BOUERI; ROCHA; RODOPOULOS, 2015).

A composição de um ajuste Fiscal e sua amplitude tem o poder de impactar diretamente a atividade econômica, possibilitando a ampliação do espaço para a realização de investimentos por meio da poupança privada. Outro aspecto relevante da adoção de medidas de Ajuste Fiscal é o comprometimento de serviços públicos ofertados a sociedade. Nesse contexto de adequação de despesas surge a necessidade de monitoramento da qualidade dos serviços visando a busca pela eficiência na gestão dos recursos destinados a manutenção dos serviços públicos essenciais em níveis satisfatórios (BOUERI; ROCHA; RODOPOULOS, 2015).

Conforme dados disponibilizados pelo Fundo Monetário Mundial em 2012 a despesa total do Governo Brasileiro foi equivalente a 37 % do Produto Interno Bruto, colocando o Brasil em um patamar de gastos superior ao de outras nações emergentes. Apesar de apresentar um padrão de gasto público inferior ao das nações europeias, os gastos públicos no Brasil são comparáveis ao de algumas nações desenvolvidas que apresentam alto nível de prestação de serviços públicos a sociedade (BOUERI; ROCHA; RODOPOULOS, 2015).

O gasto público no Brasil apresenta um padrão elevado em comparação aos níveis verificados internacionalmente. Diante disso, uma eventual expansão dos gastos públicos no

país, deverá ser conduzida com cautela respeitando a disciplina fiscal. O acréscimo da oferta de serviços públicos pelo Estado Brasileiro deverá ser efetuado por meio utilização de técnicas de gestão que permitam o alcance da eficiência na aplicação dos recursos públicos (BOUERI; ROCHA; RODOPOULOS, 2015).

Gobetti (2010) descreve que o processo de ajuste fiscal possui uma tendência de visão em curto prazo sobre os custos, o que desestimula os investimentos em infraestrutura, o que afeta não só o bem-estar da localidade como o próprio equilíbrio macroeconômico. Dessa forma, quando o governo necessita ajustar as contas, os investimentos ficam comprometidos, o que pode alongar o período de recessão.

#### *2.4 Financiamento e Investimento nas Universidades Federais*

A política de ajuste fiscal implantada pelo Governo Federal no final do ano de 2014 vem sendo concretizada por meio da redução dos recursos públicos para as Universidades Federais. Ao analisarmos os gastos da União com a função Educação, e em relação ao total das despesas do Ministério da Educação - MEC, é possível concluir que o discurso do governo de que as Universidades Federais teriam recebido mais recursos nos últimos anos, desconsidera o aumento da receita da União, bem como a expansão das matrículas ocorrida nesse período, concomitantemente com a criação de novas Universidades e campi (CHAVES, 2015).

Ainda de acordo com o autor o comportamento do governo em relação ao investimento na educação, em especial, na educação superior, atende as orientações dos organismos financeiros internacionais, em especial as do Banco Mundial, que apoiam entre outras medidas a adoção de uma rígida disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos em áreas sensíveis e privatização dos serviços sociais. As orientações emanadas por organismos multilaterais defendem a necessidade de reestruturação da educação superior com vistas à adoção do modelo de gestão gerencial, com diversificação das formas e fontes de financiamento, além da criação de instrumentos ditos de avaliação destinados a medir resultados quantitativos. O discurso de cunho gerencial adotado pelos organismos internacionais busca novos mercados para a venda de produtos e serviços e, para tanto, pressionam o governo a liberar exploração comercial do ensino privado em detrimento do Ensino Superior público (CHAVES, 2015).

Destaca-se a abrangência nacional das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) constitui-se em importante fator de redistribuição da riqueza nacional, pois permitem a

formação de profissionais altamente qualificados em todo o Brasil, além de desenvolver atividades de pós-graduação, pesquisa e de extensão locais, o que contribui para a redução da desigualdade tecnológica entre as regiões do País e a dependência dos Estados que se encontram num estágio de formação de pesquisadores, em relação àqueles que já conseguiram consolidar as atividades que possibilitam a geração e absorção de conhecimento. As Universidades públicas brasileiras são responsáveis por mais de 90% da produção científica do país o que demonstra a sua importância no conjunto de ações a serem realizadas visando o desenvolvimento econômico e social brasileiro (AMARAL, 2008).

Ainda de acordo com Amaral (2008, p. 665) desde 1988 foram tímidos os avanços em relação à efetiva autonomia Universitária prevista no artigo 207 da Constituição Federal. A comunidade universitária e seus dirigentes não enxergam de forma positiva as propostas emanadas do Poder Executivo, além disso, o próprio Governo sempre resistiu em abrir mão do poder que ele detém sobre as instituições, pois gerencia os seus orçamentos. Diante disso, a regulamentação da autonomia financeira das Instituições Federais de Ensino Superior não se concretizou no período após a Constituição de 1988, e continuam a depender quase que integralmente das definições orçamentárias estabelecidas pelo Poder Executivo e aprovadas pelo Congresso Nacional. O financiamento das IFES poderia ser definido por meio de um diálogo entre Governo e Instituições até que a execução orçamentária anual das Instituições não ultrapassasse o limite histórico de 1% do PIB.

A diversificação das fontes de financiamento das Universidades Federais é defendida por diversos pesquisadores, no entanto, o Governo Federal resiste em abrir mão do controle orçamentário das Instituições Federais de Ensino Superior. Em um momento de ajuste fiscal onde o governo propõe a adoção de uma política fiscal contracionista é necessário que a Universidade diminua a sua dependência de repasses de governo para a manutenção e desenvolvimento de suas atividades. Nesse contexto de gastos crescentes com o funcionamento da Universidade e o contingenciamento orçamentário imposto pelo Governo Federal, torna-se cada vez mais necessário o desenvolvimento de estudos que apontem alternativas para o financiamento das Instituições de Ensino Superior (AMARAL, 2008).

### *2.5 Terceirização na Universidade de Brasília*

As universidades Federais estão estruturadas sob a forma de autarquia ou de fundação pública, integrando a chamada Administração Pública indireta, estando sujeitas às mesmas regras aplicadas a Administração Pública no que tange a terceirização.

A Universidade de Brasília possui em sua estrutura administrativa uma Diretoria de Terceirização (DTER) que é responsável por supervisionar, acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais das atividades desenvolvidas pelas empresas prestadoras de serviço.

Recentemente alguns contratos de terceirização foram repactuados pela Universidade, deixando de seguir o modelo de contratação por postos de trabalho e passando a contemplar a aquisição do serviço. A alteração na forma de contratação de serviços terceirizados seguiu uma recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU). A mudança foi necessária devido a constatação de queda na produtividade e da elevação nos custos dos antigos contratos de locação de mão de obra com o passar dos anos e com a expansão da Universidade.

No modelo de contratação por postos, a empresa vencedora da licitação fornece apenas mão de obra para realização do trabalho e a contratante no caso a Universidade de Brasília - UnB ficaria responsável por providenciar todos os insumos necessários para a execução dos serviços. Dessa forma, no modelo antigo de contratação quando faltava algum insumo a UnB remunerava a empresa que estava cumprindo com sua obrigação, mas não recebia o serviço. Atualmente o processo para aquisição de insumos é bastante demorado e muito dispendioso para a Universidade o que ocasiona muitas vezes a ausência de insumos necessários para a execução de determinados serviços essenciais.

No modelo de contratação por serviços, a mão de obra, os materiais, ferramentas, maquinário e deslocamento do profissional são de responsabilidade da empresa contratada. Essa modalidade de contratação oferece uma maior garantia de que o serviço será executado. Nas situações em que não houver uma justificativa coerente, a Universidade estará desobrigada de pagar pelo serviço que não foi executado.

Conforme disposto na Tabela 1, a DTER gerencia 14 contratos de Terceirização de serviços que contemplam atividades como vigilância ostensiva desarmada, conservação e limpeza, jardinagem, serviço de portaria entre outros. Dados do ano de 2017 revelam que a manutenção destes contratos de Terceirização gera uma despesa superior a 86 milhões de reais no corrente ano.

Tabela 1 ó Contratos Gerenciados pela Diretoria de Terceirização

<b>Empresa</b>	<b>Objeto do Contrato</b>	<b>Valor mensal do contrato</b>	<b>Valor global do contrato</b>
Ágil Serviços Especiais Ltda	Serviços de serralheria, marcenaria, carpintaria, pintura e estofamento	342.035,90	4.104.430,80
	Serviços de motoristas e op. de trator	405.077,70	4.860.931,40
	Serviços de jardinagem	268.252,18	3.219.026,16
	Serviços agropecuários	413.675,28	4.964.103,36
	Serviços de almoxarife e operador de caixa	114.875,38	1.378.504,56
Cetro RM Serviços LTDA	Serviços de pintura	100.157,98	1.201.895,76
Fortaleza Serviços Empresariais - LTDA	Apoio e copeiragem	431.327,42	5.175.929,07
HPEX Apoio Administrativo EIRELI ME	Serviços de garçom	12.695,42	152.345,10
JAG7 Soluções Empresariais Ltda. - ME	Serviço de Recepcionistas	88.763,66	1.065.163,89
Liderança Limpeza e Conservação LTDA	Apoio a Editora	21.010,29	252.123,48
Life Defense Segurança LTDA	Serviços de segurança e vigilância desarmada	1.453.799,58	8.722.797,48
RCA Produtos e Serviços LTDA	Limpeza e conservação	2.599.094,99	31.189.139,86
RCS Tecnologia LTDA	Serviços de Alvenaria	218.173,10	2.618.077,29
SS Empreendimentos e Serviços Eireli	Serviços de Portaria	1.434.294,14	17.211.529,68

Fonte: DTER/UnB (2017). Elaborado pelo autor.

A alteração na forma de contratação pode gerar economia de recursos para a Universidade, pois nessa nova modalidade de contratação, há a expectativa de que haja um ganho de eficiência na prestação dos serviços. A contratação de serviços poderá permitir um ganho de produtividade e conseqüentemente haverá uma economia de recursos públicos que poderá ser revertida em investimentos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, atividades-fim da Universidade. Cabe destacar ainda que nessa nova fase a Universidade deverá adotar uma postura mais atuante na fiscalização dos trabalhos prestados com a introdução em todos os contratos do Acordo de Nível de Serviço (ANS). Esse documento estabelece que as empresas poderão ser punidas no pagamento de suas faturas mensais se houver algum descumprimento relacionado a qualidade dos serviços prestados pela contratante.

As empresas estão cientes do que serão fiscalizadas e os gestores dos contratos nomeados pela Universidade estão cientes do padrão de qualidade que devem exigir das empresas prestadoras de serviço. Outro aspecto importante a ser analisado é a

responsabilidade das empresas com compromissos sociais e trabalhistas dos empregados também será monitorada.

Conforme dados apresentados na Tabela 2, entre os contratos de Terceirização executados de forma contínua, destaca-se o serviço de conservação e limpeza que representa mais de 32% do gasto total com Terceirização na Universidade de Brasília. Os contratos de vigilância ostensiva e portaria representam cada um pouco mais de 18% do valor total das despesas.

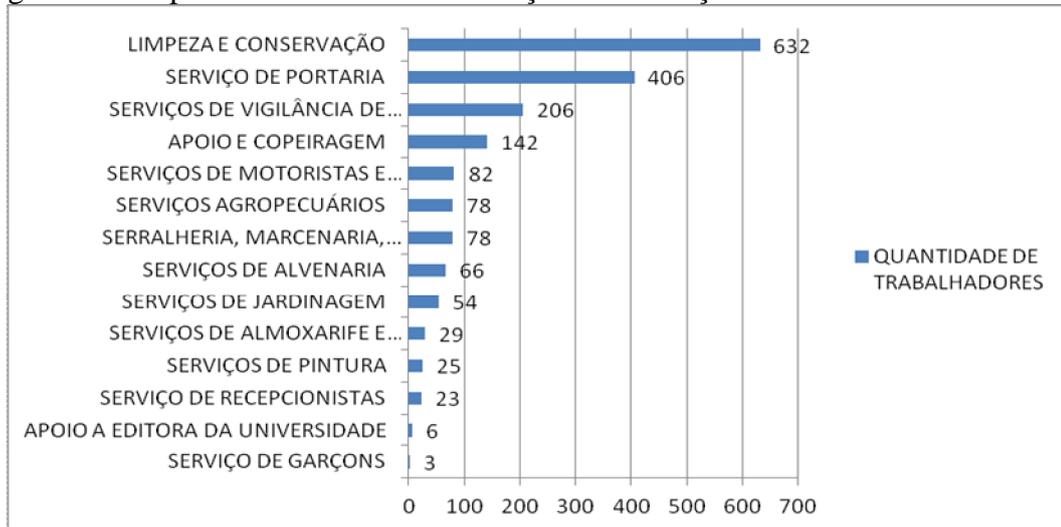
Tabela 2 ó Percentual de cada contrato sobre o valor mensal de desembolso

	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Global</b>	<b>%</b>
Serralheria, Marcenaria, Carpintaria, Pintura, Estofamento e Lustração	342.035,90	4.104.430,80	4,32%
Serviços de Motoristas e Operadores de Tratores	405.077,70	4.860.931,40	5,12%
Serviços de Jardinagem	268.252,18	3.219.026,16	3,39%
Serviços Agropecuários	413.675,28	4.964.103,36	5,23%
Serviços de Almojarife e Operador de Caixa	114.875,38	1.378.504,56	1,45%
Serviços de Pintura	100.157,98	1.201.895,76	1,26%
Apoio e Copeiragem	431.327,42	5.175.929,07	5,45%
Serviço de Garçons	12.695,42	152.345,10	0,16%
Serviço de Recepcionistas	88.763,66	1.065.163,89	1,12%
Apoio a Editora Da Universidade	21.010,29	252.123,48	0,26%
Serviços de Vigilância e Segurança Desarmada	1.453.799,58	8.722.797,48	18,39%
Limpeza e Conservação	2.599.094,99	31.189.139,86	32,88%
Serviços de Alvenaria	218.173,10	2.618.077,29	2,76%
Serviço de Portaria	1.434.294,14	17.211.529,68	18,14%

Fonte: DTER/UnB (2017). Elaborado pelo autor.

Conforme Gráfico 1, é possível verificar que os contratos de terceirização gerenciados pela Diretoria de Terceirização - DTER empregam 1830 trabalhadores sendo que mais de 34% do total atuam na execução de serviços de conservação e limpeza dos diversos prédios localizados as diversas unidades acadêmicas e administrativas da Universidade de Brasília.

Gráfico 1 ó Quantitativo de trabalhadores empregados nos contratos de Terceirização gerenciados pela Diretoria de Terceirização da Fundação Universidade de Brasília



Fonte: DTER/UnB (2017). Elaborado pelo autor.

As empresas terceirizadas de locação de mão de obra são contratadas pela Universidade de Brasília por meio de um processo licitatório, vencendo a empresa que oferecer o serviço pelo menor custo. O processo de licitação deve conter um Plano de Trabalho justificando a necessidade do serviço, a relação entre a demanda prevista e a quantidade de trabalhadores a ser contratado, e os resultados que devem ser alcançados em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos.

Alonso (1999) afirma que os custos estão entre os principais indicadores de desempenho de uma organização, por tanto a correta apuração e divulgação dos custos de um determinado serviço público são ferramentas essenciais para o efetivo controle social. Em uma organização pública como a Universidade de Brasília - UnB, a melhoria de desempenho ocorrerá por meio do acesso a informações gerenciais de subsidiem o processo de tomada de decisão. Dessa forma, a busca pela eficiência na gestão dos contratos de terceirização está associada a ampla divulgação dos custos de cada contrato, além da apuração e análise dos resultados obtidos.

Em um estudo realizado na Universidade Federal de Uberlândia, Silva et al. (2013) destaca o crescimento do número de trabalhadores terceirizados nas Universidades Federais desde a instituição do REUNI em 2007.

### 3 METODOLOGIA

O presente capítulo está destinado a apresentação da metodologia utilizada para a realização do estudo, bem como os procedimentos utilizados na coleta e análise dos dados.

Optou-se por uma pesquisa descritiva e bibliográfica, onde serão analisados os dados referentes à execução contábil e orçamentária das despesas relacionadas a execução de serviços de Terceirizados na Universidade de Brasília. Serão analisadas grupos de despesas relacionados a execução de serviços de vigilância, conservação e limpeza e apoio administrativo.

Os dados utilizados no presente estudo foram extraídos do SIAFI, por meio de consultas ao balancete da Universidade de Brasília, no período de 2002 a 2016. Os dados obtidos por meio da Consulta ao SIAFI foram organizados em uma planilha no sistema Excel, viabilizando a construção de uma série histórica com 15 períodos. O acesso ao sistema foi fornecido pela Diretoria de Contabilidade e Finanças da UnB, que é responsável pela gestão do sistema no âmbito da Universidade de Brasília.

Todos os valores utilizados na construção da série histórica 2002-2016 foram devidamente corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Foram analisados por meio de correlação linear no sistema Excel a execução das despesas destinadas ao pagamento de pessoas jurídicas responsáveis pela prestação de serviços de vigilância, limpeza e conservação e os valores destinados execução de Investimentos como aquisição de equipamentos e ampliação dos espaços físicos da Universidade na Brasília.

Além disso, foram analisados o Orçamento da Universidade de Brasília, as Receitas diretamente arrecadadas, as Receitas patrimoniais e a execução das despesas com o pagamento de pessoal ativo, pessoal inativo, pensionistas, professores substitutos. Os valores referentes ao orçamento de cada ano do período analisado (2002-2016) contemplam não apenas o orçamento inicial previsto da Lei Orçamentária Anual (LOA), como também a suplementações orçamentárias oriundas de emendas parlamentares e as descentralizações decorrentes de convênios estabelecidos pela Universidade de Brasília.

Na análise das despesas com pessoal ativo, pessoal inativo, pensionistas e professores substitutos, foram considerados apenas a variação nos valores destinados ao pagamento das despesas obrigatórias, não sendo objeto de análise outros valores que compõem a remuneração como benefícios, sentenças judiciais e demais vantagens pecuniárias. Cabe

destacar também que os valores apresentados no Trabalho contemplam as despesas, receitas e orçamento consolidado da Universidade de Brasília -UnB e do Hospital Universitário - HUB.

Apesar das diferenças conceituais e legais existentes entre os termos terceirização e locação de mão de obra, o presente trabalho tratará os termos como semelhantes, pois ambos se referem às despesas destinadas ao pagamento de serviços de vigilância, limpeza e conservação, apoio administrativo etc. prestados por Pessoas Jurídicas a órgãos da Administração Pública.

## 4 RESULTADOS

No presente capítulo serão apresentados os dados utilizados para elaboração do estudo e os resultados das análises efetuadas.

### 4.1 Despesas com Terceirização

Os dados apresentados na Tabela 3 representam as despesas consolidadas da Fundação Universidade de Brasília - FUB, registradas com a contratação de serviços Terceirizados de limpeza e conservação, motoristas, jardinagem, portaria, vigilância ostensiva, apoio administrativo e etc. O somatório das despesas com Terceirização considera não apenas as despesas registradas como Locação de mão (33903700), mas também os gastos com os serviços anteriormente citados, que tenham sido registrados em outras categorias de despesas como Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, registrados por meio das contas contábeis 33903977, 33903978 e 33903979.

Tabela 3 ó Composição das Despesas com Terceirização (milhões de Reais) da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

Ano	Outras despesas com terceirização	Locação de mão de obra	Somatório
2002	17.088.301,33	6.368.137,39	23.456.438,72
2003	24.021.108,85	7.674.412,11	31.695.520,96
2004	30.561.900,23	9.310.998,00	39.872.898,23
2005	30.993.572,92	5.431.245,58	36.424.818,50
2006	8.549.044,98	31.515.000,90	40.064.045,87
2007	60.613.206,71	35.851.399,28	96.464.605,99
2008	9.901.827,19	42.820.461,96	52.722.289,15
2009	12.292.815,22	38.571.063,99	50.863.879,21
2010	11.410.550,75	87.813.274,91	99.223.825,65
2011	5.316.578,25	118.409.416,32	123.725.994,56
2012	4.657.437,16	98.781.567,15	103.439.004,32
2013	5.008.461,22	154.343.988,94	159.352.450,16
2014	5.766.025,76	150.094.238,51	155.860.264,27
2015	-	110.152.977,18	110.152.977,18
2016	-	108.238.601,73	108.238.601,73

Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Não houve registro dessa categoria de despesa.

O Quadro 1 apresenta a descrição de todos os serviços considerados no somatório das despesas com Terceirização.

Quadro 1 ó Descrição dos serviços e das contas contábeis associadas à execução de serviços de Terceirização da Fundação Universidade de Brasília

<b>Conta Contábil</b>	<b>Descrição do Serviço</b>
33903701	Apoio administrativo e técnico operacional
33903702	Limpeza e conservação
33903703	Vigilância ostensiva
33903704	Manutenção e conservação de bens imóveis
33903705	Serviços de Copa e Cozinha
33903706	Manutenção e Conservação de Bens Móveis
33903707	Serviços de Brigada de Incêndio
33903708	Apoio Administrativo - Menores aprendizes
33903709	Manutenção de Softwares
33903727	Suporte de Infraestrutura de Tecnologia da Informação
33903728	Suporte a Usuários de Tecnologia da Informação
33903796	Locação de Mão de obra - Pagamento Antecipado
33903799	Outras Locações de Mão de Obra
33903977	Vigilância Ostensiva/Monitorada/Rastreamento
33903978	Limpeza e Conservação
33903979	Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional.

Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

Os dados dispostos na Tabela 4, demonstram a evolução da participação das despesas com Terceirização do total do Orçamento da FUB. Em 2002 as despesas com Terceirização absorviam 2,37% do orçamento, no ano seguinte essa participação evoluiu para 3,28% e em 2004 chegou a 4,13%. Destaca-se na Tabela 4 a variação registrada no ano entre os anos de 2006 e 2007 quando a participação das despesas com Terceirização no orçamento saltaram 2,85% para 5,67%.

No entanto, em 2014 as despesas com Terceirização representavam 6,44% do total do orçamento. Esse crescimento das despesas com Terceirização verificado na FUB é semelhante ao verificado na Administração Pública, onde as despesas com Terceirização também cresceram de forma demasiada.

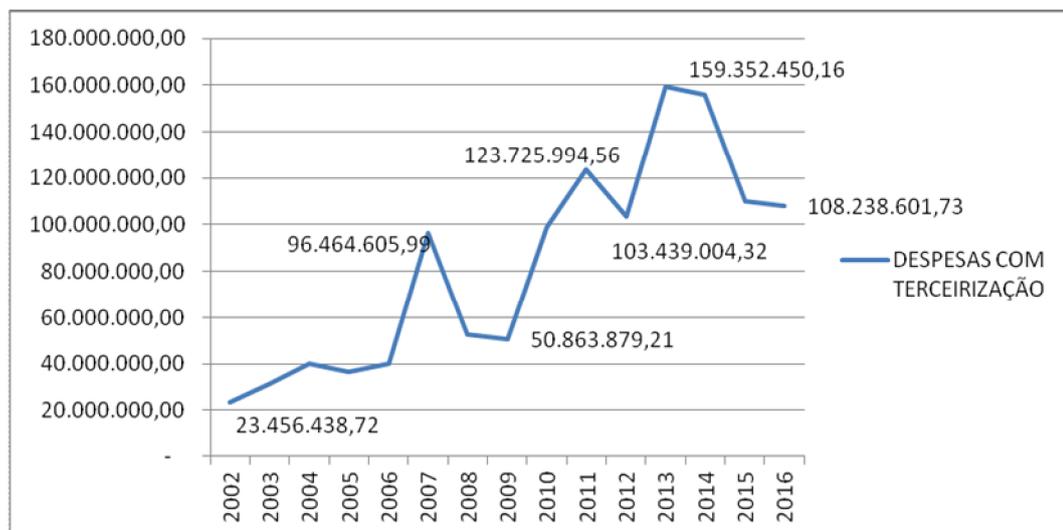
Tabela 4 ó Quadro comparativo entre as despesas com Terceirização e o orçamento anual da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

Ano	Despesas com terceirização	Orçamento	%
2002	23.456.438,72	991.652.539,75	2,37
2003	31.695.520,96	965.535.750,32	3,28
2004	39.872.898,23	965.737.304,52	4,13
2005	36.424.818,50	1.222.662.161,85	2,98
2006	40.064.045,87	1.404.352.772,58	2,85
2007	96.464.605,99	1.702.632.029,03	5,67
2008	52.722.289,15	1.643.967.893,53	3,21
2009	50.863.879,21	1.946.768.578,04	2,61
2010	99.223.825,65	2.114.076.243,70	4,69
2011	123.725.994,56	2.155.142.899,10	5,74
2012	103.439.004,32	2.334.193.004,56	4,43
2013	159.352.450,16	2.639.548.459,66	6,04
2014	155.860.264,27	2.420.680.422,42	6,44
2015	110.152.977,18	2.149.100.149,45	5,13
2016	108.238.601,73	1.957.404.072,17	5,53

Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

O Gráfico 2 demonstra a evolução crescente nas despesas com Terceirização, destacando-se o valor de superior a 159 milhões de reais registrado no ano de 2013.

Gráfico 2 ó Evolução das Despesas com Terceirização da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016



Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

A Tabela 5 apresenta dados que revelam a evolução das despesas com Terceirização ao longo dos anos na FUB. Destaca-se no período analisado que a maior variação anual ocorreu no ano de 2007 que apresentou um crescimento superior a 140% em relação ao ano de 2006.

A maior redução verificada no período ocorreu no ano de 2015 que registrou uma redução superior de 29% comparada ao ano de 2014.

O ano de 2013 registrou o maior volume recursos destinados à atividade de Terceirização, apresentado um gasto total superior a 159 milhões de reais. O crescimento acumulado no período de 2002 a 2016 foi superior a 361 %, representando uma considerável evolução dos gastos. Quando a análise considera apenas o período de 2002 a 2013, o crescimento das despesas apresenta um índice acumulado superior a 581%. Cabe destacar que a inflação verificada no período de 2002 a 2016 foi pouco superior a 134% de acordo com o IPCA acumulado no período.

Tabela 5 ó Variação percentual anual das Despesas com Terceirização da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

<b>Ano</b>	<b>Despesas com terceirização</b>	<b>%</b>
2002	23.456.438,72	-
2003	31.695.520,96	35,13%
2004	39.872.898,23	25,80%
2005	36.424.818,50	-8,65%
2006	40.064.045,87	9,99%
2007	96.464.605,99	140,78%
2008	52.722.289,15	-45,35%
2009	50.863.879,21	-3,52%
2010	99.223.825,65	95,08%
2011	123.725.994,56	24,69%
2012	103.439.004,32	-16,40%
2013	159.352.450,16	54,05%
2014	155.860.264,27	-2,19%
2015	110.152.977,18	-29,33%
2016	108.238.601,73	-1,74%

Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Ano inicial da análise, portanto sem variação.

A Tabela 6 demonstra a participação percentual dos investimentos no total do orçamento da FUB, ao longo do período de 2002 a 2016. Ao analisarmos os dados fica evidente que desde 2008 os investimentos têm reduzido sua participação no total do orçamento da Instituição. Em 2006 os investimentos representavam 5,47% do total do orçamento, já em 2016 os investimentos representavam apenas 0,19% do orçamento.

Tabela 6 ó Quadro Comparativo entre Investimento e Orçamento da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

<b>Ano</b>	<b>Investimento</b>	<b>Orçamento</b>	<b>%</b>
2002	22.203.966,90	991.652.539,75	2,24%
2003	43.133.032,30	965.535.750,32	4,47%
2004	37.756.845,59	965.737.304,52	3,91%
2005	57.093.128,94	1.222.662.161,85	4,67%
2006	76.767.905,45	1.404.352.772,58	5,47%
2007	54.978.024,71	1.702.632.029,03	3,23%
2008	49.136.988,90	1.643.967.893,53	2,99%
2009	57.622.954,19	1.946.768.578,04	2,96%
2010	54.528.052,87	2.114.076.243,70	2,58%
2011	37.108.534,04	2.155.142.899,10	1,72%
2012	31.219.822,53	2.334.193.004,56	1,34%
2013	24.687.152,77	2.639.548.459,66	0,94%
2014	23.411.767,77	2.420.680.422,42	0,97%
2015	5.048.305,64	2.149.100.149,45	0,23%
2016	3.773.451,55	1.957.404.072,17	0,19%

Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

Os dados apresentados na Tabela 7 demonstram que de desde 2009 os valores destinados a investimentos têm sofrido sucessivas reduções. Ao analisarmos o período de 2009 a 2016 é possível constatar uma redução nos investimentos superior a 93%. Ao ampliarmos a análise para todo o período de 2002 a 2016 encontramos uma redução de superior a 83%, cabe destacar que durante o período analisado o ano de 2006 apresentou o maior valor de investimentos realizados, registrando um total superior a 76 milhões em investimentos realizados. Maior variação percentual verificada no período foi no ano e 2003 em que os investimentos cresceram 94,26% em relação ao ano de 2002.

Tabela 7 ó Variação percentual anual dos Investimentos da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

<b>Ano</b>	<b>Investimento ó 2002 -2016</b>	<b>%</b>
2002	22.203.966,90	-
2003	43.133.032,30	94,26%
2004	37.756.845,59	-12,46%
2005	57.093.128,94	51,21%
2006	76.767.905,45	34,46%
2007	54.978.024,71	-28,38%
2008	49.136.988,90	-10,62%
2009	57.622.954,19	17,27%
2010	54.528.052,87	-5,37%

(continua)

Tabela 7 ó Variação percentual anual dos Investimentos da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

(conclusão)		
Ano	Investimento ó 2002 -2016	%
2011	37.108.534,04	-31,95%
2012	31.219.822,53	-15,87%
2013	24.687.152,77	-20,92%
2014	23.411.767,77	-5,17%
2015	5.048.305,64	-78,44%
2016	3.773.451,55	-25,25%

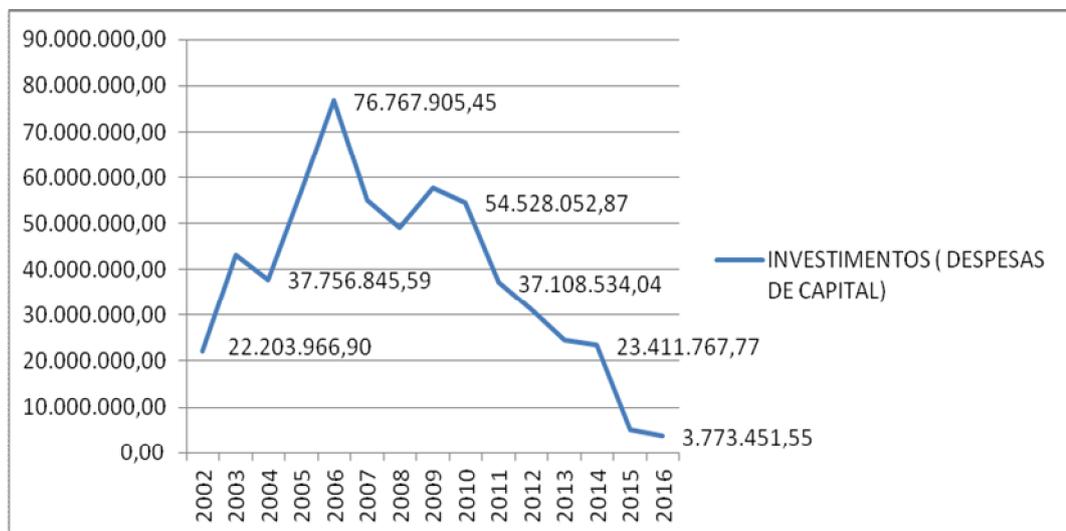
Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Ano inicial da análise, portanto sem variação.

O Gráfico 3 expõe de forma evidente a redução drástica dos recursos destinados a execução de investimentos. Na análise do período analisado é possível verificar que em 2006 os investimentos superaram os 76 milhões de reais. Em 2016 o valor destinado a execução de investimentos foi pouco superior a 3,7 milhões de reais, evidenciando uma redução.

Gráfico 3 ó Evolução dos Investimentos da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

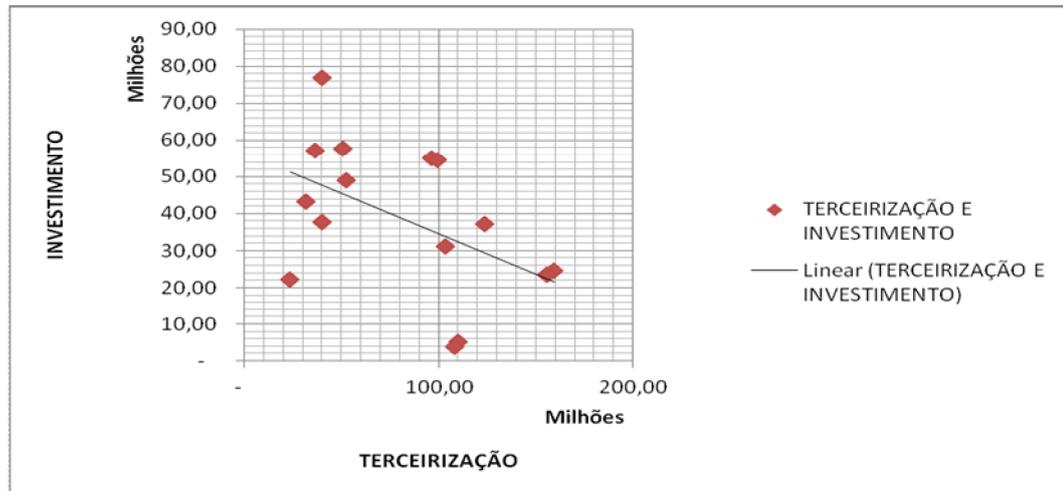


Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

#### 4.2 Correlação entre as despesas com Terceirização e Investimento ó 2002-2016

Ao analisarmos a correlação entre Investimentos e despesas com Terceirização na FUB, encontramos um coeficiente de correlação de -0,48. A correlação entre as duas variáveis não representa uma casualidade, portanto não seria correto afirmar que o aumento das despesas com Terceirização é responsável pela diminuição dos valores destinados a execução de Investimentos.

Gráfico 4 ó Correlação entre Investimento e Terceirização



Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

A análise dos dados constantes da Tabela 8 demonstra a relação entre as despesas com Terceirização e Investimentos durante o período de 2002 a 2016. Em 2002 as despesas com Terceirização eram 6% maiores que os valores destinados à execução de Investimentos.

Em 2006 a despesa com Terceirização registrou o um valor ouço superior a 40 milhões de reais enquanto os valores destinados a execução de investimentos superaram 76 milhões de reais, indicando que as despesas com Terceirização representavam pouco mais de 50% dos valores destinados a realização de Investimentos. Em 2016 os gastos com Terceirização eram 28 vezes maiores que os recursos destinados à execução de Investimentos.

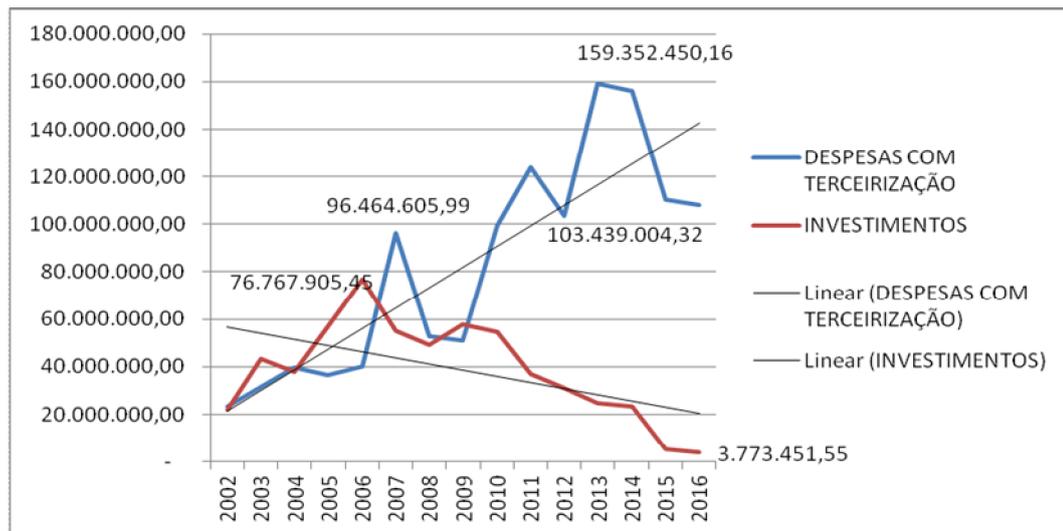
Tabela 8 ó Comparação entre as despesas com Terceirização e o Investimento realizado na Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

Ano	Terceirização (y)	Investimentos (x)	X/Y
2002	23.456.438,72	22.203.966,90	1,06
2003	31.695.520,96	43.133.032,30	0,73
2004	39.872.898,23	37.756.845,59	1,06
2005	36.424.818,50	57.093.128,94	0,64
2006	40.064.045,87	76.767.905,45	0,52
2007	96.464.605,99	54.978.024,71	1,75
2008	52.722.289,15	49.136.988,90	1,07
2009	50.863.879,21	57.622.954,19	0,88
2010	99.223.825,65	54.528.052,87	1,82
2011	123.725.994,56	37.108.534,04	3,33
2012	103.439.004,32	31.219.822,53	3,31
2013	159.352.450,16	24.687.152,77	6,45
2014	155.860.264,27	23.411.767,77	6,66
2015	110.152.977,18	5.048.305,64	21,82
2016	108.238.601,73	3.773.451,55	28,68

Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

O Gráfico 5 evidencia a evolução distinta entre as despesas com Terceirização e a execução de investimentos. Destaca-se que no ano de 2002 as despesas com Terceirização e os Investimentos registravam valores quase que equivalentes, no entanto em 2016 as despesas com Terceirização apresentavam um padrão de gastos muito superior ao dos investimentos.

Gráfico 5 ó Comparação entre despesas com Terceirização e a execução de Investimentos da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016



Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

#### 4.3 Orçamento ó 2002-2016

Os valores constantes da Tabela 9 demonstram a variação percentual anual do orçamento da Fundação Universidade de Brasília - FUB, e apresentam não apenas os valores consignados por meio da LOA, como também os valores captados por meio de celebração de convênios e descentralizações orçamentárias.

No período analisado a maior variação encontrada ocorreu no ano de 2005 que apresentou um orçamento 26,60% maior do que o orçamento disponível no ano de 2004. No ano de 2015 houve uma redução de 11,21 % no orçamento em relação ao ano de 2014. Analisando o período de 2002 a 2016 é possível verificar que o orçamento da Universidade apresentou um crescimento de 97%, sendo que entre os anos de 2009 e 2013 houve um crescimento superior a 36%.

Tabela 9 – Evolução percentual anual do orçamento da Fundação Universidade de Brasília – 2002-2016

Ano	Orçamento 2002-2016	%
2002	991.652.539,75	-
2003	965.535.750,32	-2,63%
2004	965.737.304,52	0,02%
2005	1.222.662.161,85	26,60%
2006	1.404.352.772,58	14,86%
2007	1.702.632.029,03	21,23%
2008	1.643.967.893,53	-3,44%
2009	1.946.768.578,04	18,41%
2010	2.114.076.243,70	8,59%
2011	2.155.142.899,10	1,94%
2012	2.334.193.004,56	8,30%
2013	2.639.548.459,66	13,08%
2014	2.420.680.422,42	-8,29%
2015	2.149.100.149,45	-11,21%
2016	1.957.404.072,17	-8,91%

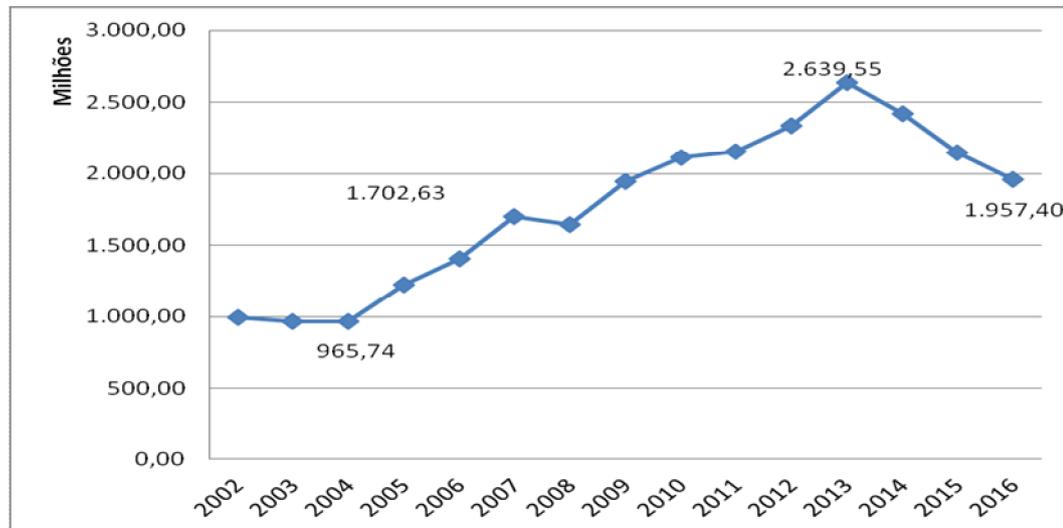
Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Ano inicial da análise, portanto sem variação.

O Gráfico 6 apresenta a evolução do orçamento da FUB, destacando-se o orçamento do ano de 2013 que registrou um total de recursos superior a 2,6 bilhões de reais. Cabe destacar que desde o ano 2013 houve três anos seguidos de redução orçamentária, representando uma perda acumulada de mais de 25%. Essa redução do orçamento pode prejudicar a execução de despesas necessárias à manutenção da instituição como também a execução de novos investimentos em infraestrutura e aquisição de equipamentos.

Gráfico 6 – Evolução do Orçamento da Fundação Universidade de Brasília – 2002-2016



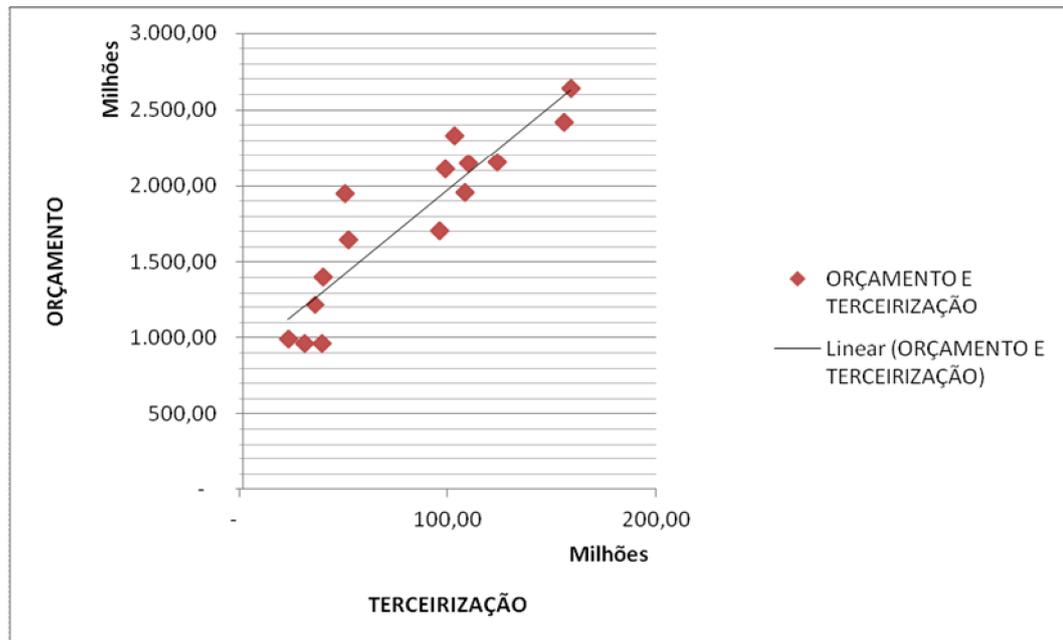
Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

#### 4.3.1 Correlação Orçamento e Terceirização

O coeficiente de correlação mede o grau entre duas variáveis, esse coeficiente assume um valor número entre -1 e 1, onde o valor de 1 representa a correlação forte e o valor -1 representa uma correlação perfeita negativa. Ao analisarmos o coeficiente de correlação entre os valores do Orçamento e das Despesas com Terceirização na FUB, foi encontrado um índice de correlação de 0,91 representando um grau de associação forte entre as duas variáveis. No caso das despesas com Terceirização foi verificado a um crescimento de superior a 361% já o orçamento apresentou um crescimento de apenas 97,38%.

No período analisando as despesas com Terceirização apresentaram uma variação percentual muito superior a variação verificada no orçamento. Esse crescimento das despesas com Terceirização verificado na FUB é semelhante ao crescimento verificado na Administração Pública Brasileira, porém a necessidade da condução de uma disciplina fiscal provavelmente ocasionará a redução desse tipo de despesa. Essa redução das despesas com Terceirização deverá ocorrer por meio da utilização de técnicas de gestão que proporcionem um aumento da eficiência e produtividade na alocação dos recursos. O gráfico 7 apresenta a correlação entre Orçamento e Terceirização.

Gráfico 7 ó Correlação Orçamento e Terceirização



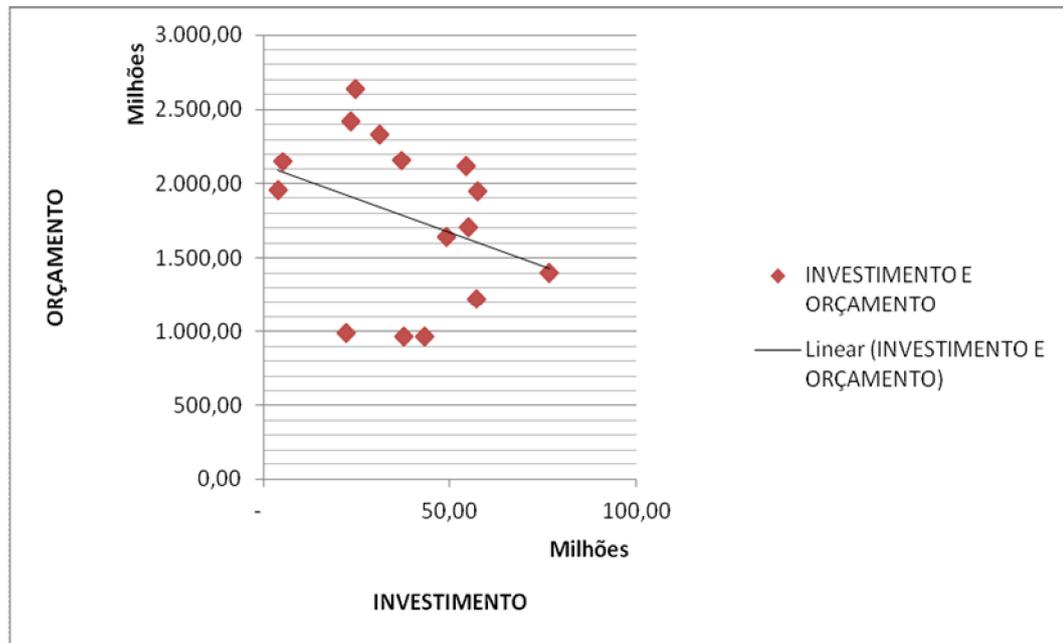
Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

#### 4.3.2 Correlação Orçamento e Investimento

O Gráfico 8 evidencia a correlação entre Investimento e Orçamento que apresentou um índice negativo de -0.33, representado uma associação decrescente entre as variáveis. Durante o período analisado o Orçamento cresceu mais 97% e os recursos destinados à execução de investimentos registraram uma redução superior a 83%. A redução da execução de investimentos contrasta com a evolução orçamentária registrada no período de 2002 a 2016.

As despesas com Terceirização cresceram em um momento que o Governo Federal adotava uma política fiscal expansionista, onde os gastos públicos eram vistos como forma de manter a economia aquecida. Porém, a mesma política expansionista que impulsionou o crescimento das despesas de custeio como é o caso da Terceirização não foi capaz de manter em nível crescente os recursos destinados a execução de investimentos necessários para ampliação da Universidade.

Gráfico 8 ó Correlação Orçamento e Investimento



Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

#### 4.4 Despesas com Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Os gastos com as denominadas Outros Serviços de Terceira Pessoa Jurídica (33903900), registram a aquisição de serviços por órgãos públicos tais como assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto, serviços de comunicação, locação de imóveis entre outros. Cabe destacar que eventualmente algumas despesas como vigilância ostensiva, limpeza e conservação, jardinagem, serviços de motorista etc. podem ser registradas para efeito contábil como Outros Serviços de Terceiros-PJ, isso acontece quando o contrato celebrado com a empresa prestadora do serviço não determina a quantidade de postos de trabalho a serem ocupados para a execução da atividade.

A Tabela 10 evidencia o crescimento anual das despesas com Outros Serviços de Terceiros-PJ. Destaca-se no período de 2002 a 2016 que os gastos com essa categoria de despesas registraram um crescimento moderado de apenas 24,22%. O ano de 2015 registrou um crescimento de 86,76% em relação ao ano de 2014. Em 2016 houve uma redução de 17,92% na execução de tipo de despesas.

Tabela 10 ó Variação percentual anual das despesas com Outros Serviços de Terceiros-PJ da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

Ano	Outros serviços de Terceiros-PJ	%
2002	172.522.612,15	-
2003	134.550.654,24	-22,01%
2004	124.603.077,64	-7,39%
2005	221.808.458,10	78,01%
2006	149.018.740,70	-32,82%
2007	207.432.432,36	39,20%
2008	137.142.980,64	-33,89%
2009	131.923.280,08	-3,81%
2010	114.902.309,29	-12,90%
2011	100.589.899,14	-12,46%
2012	112.404.545,05	11,75%
2013	152.096.251,04	35,31%
2014	139.812.630,03	-8,08%
2015	261.110.670,12	86,76%
2016	214.312.816,27	-17,92%

Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Ano inicial da análise: variação igual a zero.

Conforme dados apresentados na Tabela 11 é possível verificar que os gastos registrados na conta contábil Outros Serviços de Terceiros-PJ têm reduzido sua participação no Orçamento Total da Fundação Universidade de Brasília. Em 2012 essa categoria de despesa absorvia 17,40% do Orçamento da Instituição, em 2011 essas despesas representavam apenas 4,82% do Orçamento. Em 2005 os gastos com Outros Serviços de Terceiros-PJ representavam 18,14% do Orçamento. Ao analisarmos toda a série histórica verifica-se que as Despesas com Terceirização (Vigilância, Conservação e limpeza, Apoio Técnico Operacional etc.) ganharam espaço no Orçamento ao mesmo tempo em que outros serviços relacionados ao funcionamento da Universidade como Fornecimento de Água, Energia Elétrica, Telefonia, Locação de Imóveis, Locação de softwares, locação de equipamentos etc. tiveram sua participação reduzida no orçamento da Universidade.

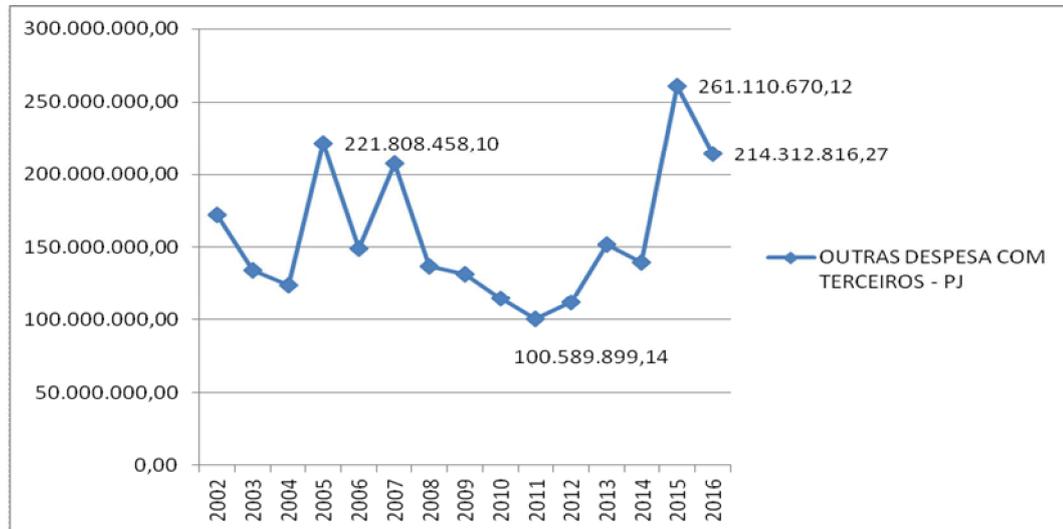
Tabela 11 ó Participação das despesas com Outros Serviços de Terceiros-PJ no Orçamento Anual da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

Ano	Outros Serviços de Terceiros - PJ	Orçamento	%
2002	172.522.612,15	991.652.539,75	17,40%
2003	134.550.654,24	965.535.750,32	13,94%
2004	124.603.077,64	965.737.304,52	12,90%
2005	221.808.458,10	1.222.662.161,85	18,14%
2006	149.018.740,70	1.404.352.772,58	10,61%
2007	207.432.432,36	1.702.632.029,03	12,18%
2008	137.142.980,64	1.643.967.893,53	8,34%
2009	131.923.280,08	1.946.768.578,04	6,78%
2010	114.902.309,29	2.114.076.243,70	5,44%
2011	100.589.899,14	2.155.142.899,10	4,67%
2012	112.404.545,05	2.334.193.004,56	4,82%
2013	152.096.251,04	2.639.548.459,66	5,76%
2014	139.812.630,03	2.420.680.422,42	5,78%
2015	261.110.670,12	2.149.100.149,45	12,15%
2016	214.312.816,27	1.957.404.072,17	10,95%

Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

O Gráfico 9 evidencia o crescimento moderado com as despesas com Outros Serviços de Terceiros pagos a Pessoas Jurídicas como Fornecimento de Água e esgoto, Energia Elétrica, Telefonia, Locação de Imóveis, Locação de Equipamentos entre outros. A análise do Gráfico 9 permiti concluir que essa categoria de despesas apresentou um crescimento bem menor do que o crescimento registrado com as despesas com Terceirização. Destaca-se também a queda significativa dos valores gastos nessa categoria de despesas ocorrida no período entre os anos de 2007 e 2011, quando a despesa sofreu uma redução superior a 51%. Porém no período de 2012 a 2015 essa categoria de despesa registrou uma evolução de superior a 132%. Em 2016 os valores registrados com despesas com outros serviços de terceiros -PJ, sofreram uma redução de 17,92 % provavelmente ocasionada por uma revisão em alguns contratos de prestação de serviços, bem como a execução de uma maior fiscalização e controle por parte da Prefeitura do Campus sobre o consumo de água, energia elétrica e serviços de Telefonia.

Gráfico 9 ó Evolução das Despesas com Outros Serviços de Terceiros-PJ da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016



Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

#### 4.5 Despesas Pessoal Ativo

Conforme apresentado na Tabela 12, no período de 2002 a 2016 a variação total acumulada referente às despesas com pagamento de pessoal ativo da Fundação Universidade de Brasília foi de 141,16%. O ano de 2009 apresentou a maior variação, registrando uma variação superior a 21% em relação ao ano de 2008. A maior redução no período ocorreu em 2003 que registrou uma de pouco mais de 2% em relação ao ano de 2002.

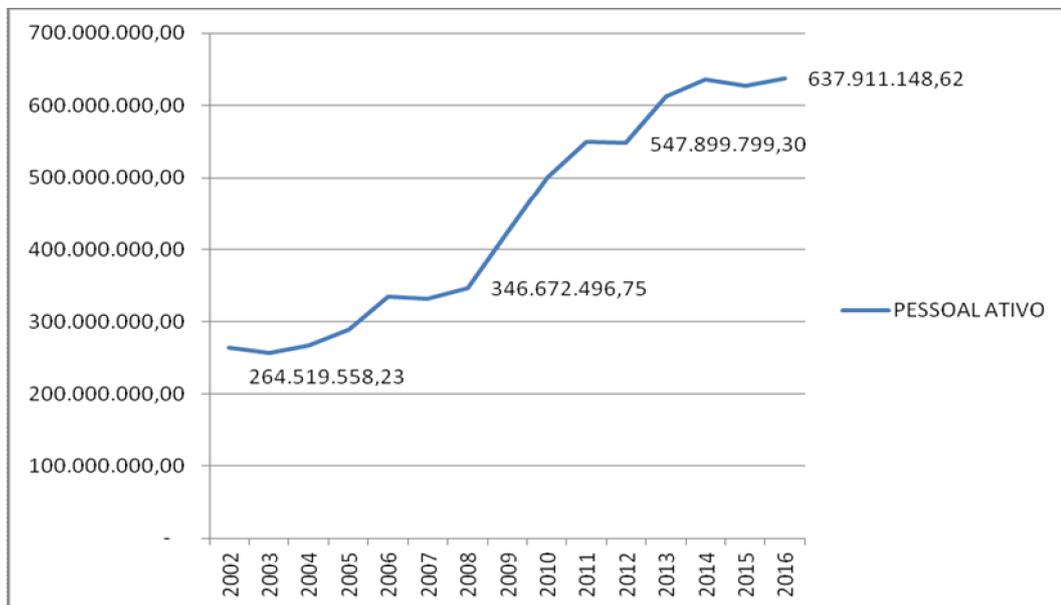
Tabela 12 ó Evolução percentual das despesas com pagamento de pessoal ativo da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

Ano	Despesas Pessoal Ativo	%
2002	264.519.558,23	-
2003	257.660.718,62	-2,59%
2004	267.464.821,24	3,81%
2005	289.849.630,06	8,37%
2006	335.644.813,06	15,80%
2007	332.119.284,10	-1,05%
2008	346.672.496,75	4,38%
2009	422.794.868,86	21,96%
2010	499.871.276,42	18,23%
2011	550.273.891,71	10,08%
2012	547.899.799,30	-0,43%
2013	611.874.796,98	11,68%
2014	635.399.765,15	3,84%
2015	627.799.478,95	-1,20%
2016	637.911.148,62	1,61%

Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

O Gráfico 10 evidencia o crescimento das despesas com o pagamento de pessoal ativo da FUB. Essa categoria de despesas apresentou crescimento superior à variação orçamentária registrada no período que foi de 97,39%. Cabe destacar que durante o período analisando o Governo Federal concedeu diversos reajustes salariais aos servidores técnicos administrativos e aos Professores das Universidades Federais, bem como autorizou as diversas Instituições Federais de Ensino Superior a realizarem concursos para diversos cargos técnicos e de Magistério. Ao analisarmos apenas o período entre 2007 e 2011 é possível verificar que houve um crescimento de 65,69% nas despesas com o pagamento de pessoal ativo.

Gráfico 10 – Evolução das despesas com o pagamento de vencimentos ao pessoal ativo da Fundação Universidade de Brasília – 2002-2016



Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

#### 4.6 Despesas com o Pagamento de Pessoal Inativo

Ao analisarmos os dados dispostos na Tabela 13, verificamos que as despesas efetuadas com o pagamento de pessoal inativo no período de 2002 a 2016 registrou um crescimento acumulado de 97,65%. A maior variação registrada ocorreu no ano de 2008 que apresentou um crescimento de 16,65% em relação ao ano anterior. O ano de 2007 registrou uma redução de 5,47% nas despesas com o pagamento de inativos em relação ao ano de 2006. O crescimento apresentado pelas despesas com o pagamento de Pessoal inativo foi bem menor do que o valor registrado com o aumento das despesas com Terceirização que apresentaram crescimento superior a 360% no período.

Tabela 13 ó Variação percentual das despesas com pessoal Inativo da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

Ano	Pessoal inativo	%
2002	122.683.323,72	-
2003	120.485.020,82	-1,79%
2004	134.671.689,89	11,77%
2005	133.822.374,24	-0,63%
2006	144.161.922,58	7,73%
2007	136.271.683,47	-5,47%
2008	158.957.052,93	16,65%
2009	170.349.817,15	7,17%
2010	193.266.955,26	13,45%
2011	201.896.419,91	4,47%
2012	206.304.260,85	2,18%
2013	227.480.080,15	10,26%
2014	240.187.555,20	5,59%
2015	240.938.614,34	0,31%
2016	242.487.742,20	0,64%

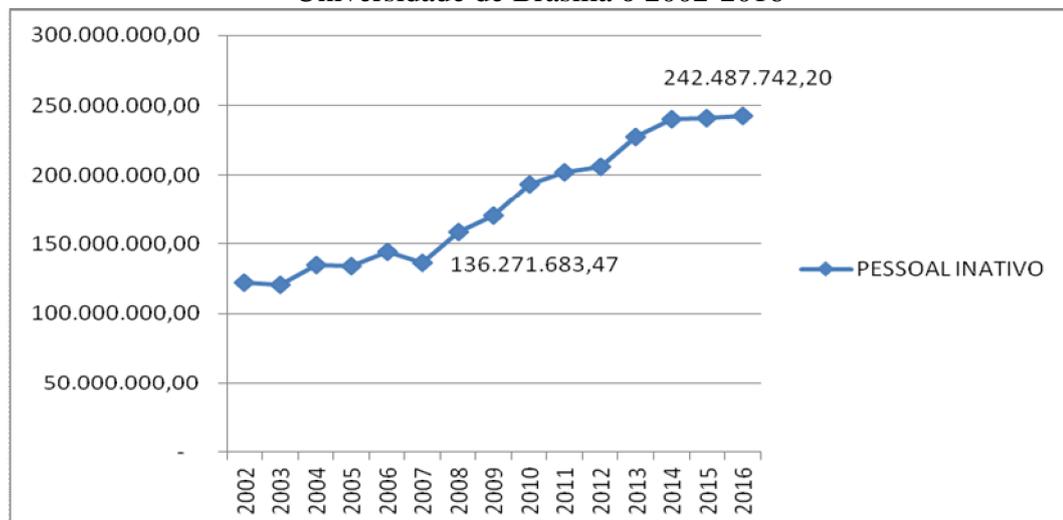
Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Ano inicial da análise: sem variação.

A análise do Gráfico 11 revela que desde 2008 as despesas com o pagamento de pessoal inativo vêm crescendo ano a ano, registrando uma variação acumulada de 52,55% no período de 2008 a 2016. O crescimento dos gastos com essa categoria de despesas pode estar associado ao elevado número de servidores aposentados nos últimos anos na FUB.

Gráfico 11 ó Evolução das despesas com o pagamento de pessoal inativo da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016



Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

#### 4.7 Despesas com o Pagamento de Pensionistas

Ao analisarmos os dados da Tabela 14 é possível verificar que no período de 2002 a 2016 as despesas com o pagamento de Pensionistas na Fundação Universidade de Brasília, apresentou um crescimento de 205,59%, destacando-se na análise o ano de 2007 em que ocorreu um crescimento de 43,38% em relação ao ano anterior. A maior redução ocorreu em 2008 que foi registrado variação 16,25% menor em relação ao valor registrado em no ano anterior.

Tabela 14 ó Variação percentual anual das despesas com pagamento de pessoal pensionista da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

<b>Ano</b>	<b>Pensionistas</b>	<b>%</b>
2002	13.214.271,88	-
2003	13.460.702,22	1,86%
2004	13.388.837,88	-0,53%
2005	17.388.290,96	29,87%
2006	20.670.863,68	18,88%
2007	29.638.125,54	43,38%
2008	24.822.952,77	-16,25%
2009	28.143.523,64	13,38%
2010	29.663.624,96	5,40%
2011	31.364.096,64	5,73%
2012	33.990.439,08	8,37%
2013	36.287.378,63	6,76%
2014	39.402.167,45	8,58%
2015	37.435.726,08	-4,99%
2016	40.381.131,94	7,87%

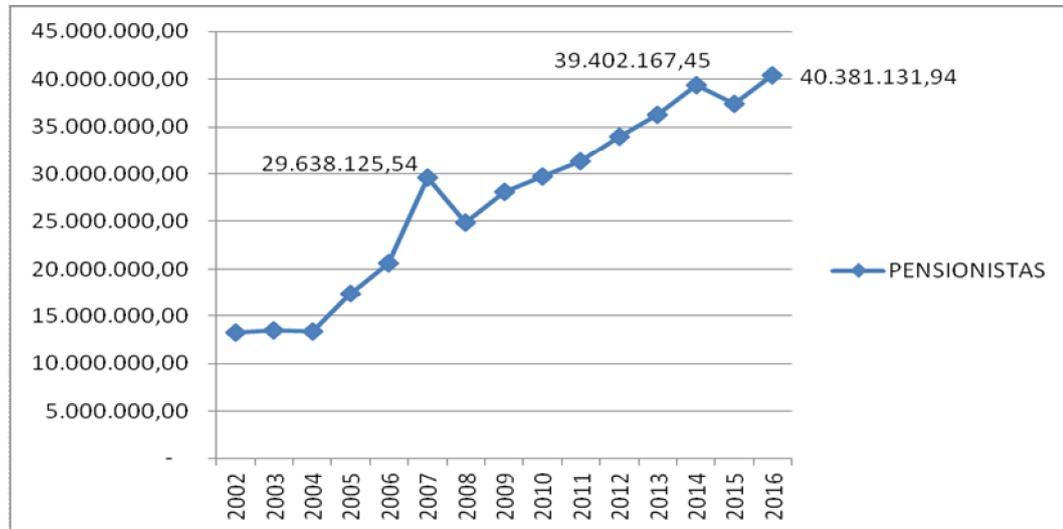
Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Ano inicial da análise, variação igual a zero.

O Gráfico 12 demonstra o crescimento acentuado das despesas com pagamento de Pensionistas da FUB. Ao analisarmos o período entre os anos de 2002 e 2014 é possível constatar um crescimento de 98,17%. Entre todas as despesas obrigatórias destinadas ao pagamento de pessoal esta foi a que apresentou o maior crescimento, superando as despesas com pessoal inativo, pessoal ativo e Professores Substitutos com contrato temporário.

Gráfico 12 ó Evolução das despesas com pagamento de pensionistas da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016



Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

#### 4.8 Despesas com Pagamento de Professores Substitutos

Na Fundação Universidade de Brasília, os pagamentos destinados a professores substitutos com contrato temporário são regidos pela Lei 8.745/93. A contratação de professores substitutos visa suprir a ausência de docentes de carreira devido a exoneração, demissão, falecimento, afastamento para capacitação ou concessão de licença obrigatória.

Ao analisarmos o período de 2002 a 2016 foi constatado um crescimento nessa categoria de despesa de apenas 2,71%. O maior crescimento registrado no período ocorreu no ano de 2013 que registrou um aumento de 33,18% em relação ao ano de 2012, conforme demonstra a Tabela 15.

Tabela 15 ó Variação percentual anual das despesas com o pagamento de professores substitutos da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

(continua)

Ano	Professor Substituto	%
2002	14.915.667,40	-
2003	10.286.689,94	-31,03%
2004	9.050.998,08	-12,01%
2005	9.211.741,04	1,78%
2006	9.086.780,26	-1,36%
2007	8.741.179,63	-3,80%
2008	7.087.405,00	-18,92%
2009	8.980.950,36	26,72%
2010	8.219.732,33	-8,48%

Tabela 15 ó Variação percentual anual das despesas com o pagamento de professores substitutos da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

Ano	Professor Substituto	%
2011	8.600.759,68	4,64%
2012	10.220.684,00	18,83%
2013	13.611.833,22	33,18%
2014	15.730.396,92	15,56%
2015	16.072.871,49	2,18%
2016	15.320.616,51	-4,68%

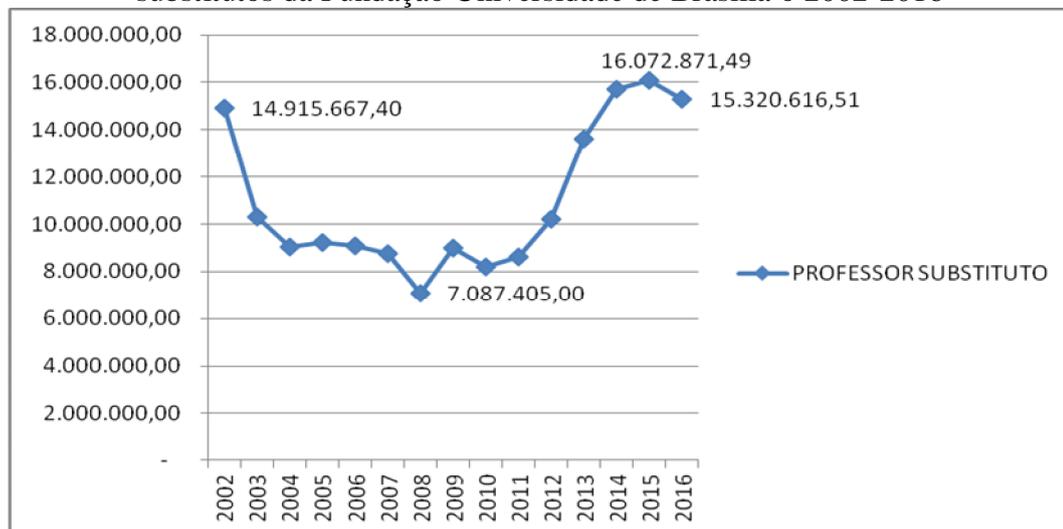
Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Ano inicial da análise, variação igual a zero.

O Gráfico 13 demonstra as sucessivas reduções nos valores destinados ao pagamento de professores substitutos durante o período de 2002 a 2010. Durante este período houve uma redução de 44,89% na execução dessa categoria de despesa. Após 2011 as despesas com o pagamento de professores substitutos voltaram a apresentar crescimento, registrando uma variação acumulada de 78,13% entre os anos de 2011 e 2016.

Gráfico 13 ó Demonstrativo de evolução das despesas com o pagamento de professores substitutos da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016



Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

#### 4.9 Receitas Diretamente Arrecadadas

Conforme dados apresentados na Tabela 16 é possível verificar que durante que durante o período de 2002 a 2016 houve uma drástica redução das receitas próprias arrecadadas pela

Fundação Universidade de Brasília. Essas receitas próprias são arrecadadas por meio da prestação de serviços educacionais, agropecuários, serviços comerciais, serviços administrativos entre outros. A redução acumulada entre os anos de 2002 e 2016 de foi de 60,90%. A maior variação anual ocorrida no período ocorreu em 2015 onde as receitas arrecadadas apresentaram uma redução superior a 72%.

Tabela 16 ó Evolução das Receitas da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

<b>Ano</b>	<b>Receita FUB</b>	<b>Variação %</b>
2002	270.673.547,70	-
2003	260.186.842,62	-3,87%
2004	256.571.084,26	-1,39%
2005	316.473.237,18	23,35%
2006	305.458.181,21	-3,48%
2007	395.903.851,45	29,61%
2008	457.211.822,51	15,49%
2009	429.115.405,81	-6,15%
2010	486.016.560,65	13,26%
2011	334.344.488,00	-31,21%
2012	467.412.317,68	39,80%
2013	583.791.310,49	24,90%
2014	446.681.229,81	-23,49%
2015	120.709.505,05	-72,98%
2016	105.842.873,59	-12,32%

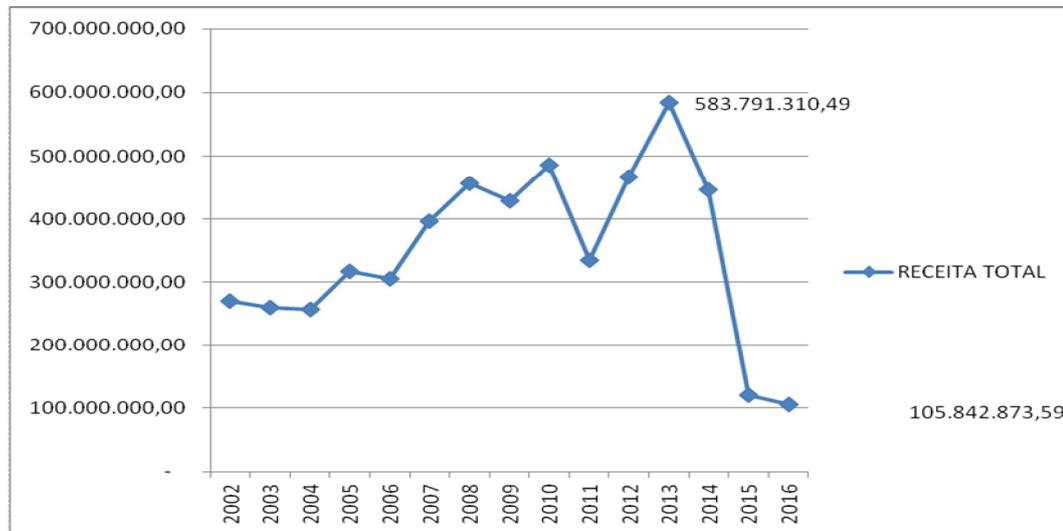
Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Ano inicial da análise, variação igual a zero.

Ao analisarmos o Gráfico 14 é possível constatar a redução vertiginosa das receitas da FUB, principalmente no período entre 2013 e 2016 que apresentou uma redução de 81,87%. A análise do período de 2002 a 2013 revela um crescimento 115,68% do valor da Receita arrecadada diretamente pela FUB. A crescente redução nas receitas pode indicar a necessidade de diversificação dos serviços oferecidos pela instituição. A diversificação dos serviços oferecidos pode impulsionar a arrecadação de Receitas.

Gráfico 14 ó Evolução das receitas diretamente arrecadadas pela Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016



Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

A análise dos dados constantes da Tabela 17 permite constatar a redução da participação das Receitas no Orçamento da FUB.

Tabela 17 ó Participação percentual das Receitas diretamente arrecadadas em relação ao Orçamento da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

Ano	Receita Total	Orçamento	%
2002	270.673.547,70	991.652.539,75	27,30%
2003	260.186.842,62	965.535.750,32	26,95%
2004	256.571.084,26	965.737.304,52	26,57%
2005	316.473.237,18	1.222.662.161,85	25,88%
2006	305.458.181,21	1.404.352.772,58	21,75%
2007	395.903.851,45	1.702.632.029,03	23,25%
2008	457.211.822,51	1.643.967.893,53	27,81%
2009	429.115.405,81	1.946.768.578,04	22,04%
2010	486.016.560,65	2.114.076.243,70	22,99%
2011	334.344.488,00	2.155.142.899,10	15,51%
2012	467.412.317,68	2.334.193.004,56	20,02%
2013	583.791.310,49	2.639.548.459,66	22,12%
2014	446.681.229,81	2.420.680.422,42	18,45%
2015	120.709.505,05	2.149.100.149,45	5,62%
2016	105.842.873,59	1.957.404.072,17	5,41%

Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

#### 4.9.1 Receita Patrimonial

A Tabela 18 demonstra a variação percentual das receitas patrimoniais da FUB, onde fica evidente o crescimento desse tipo de receita que é proporcionada pela exploração comercial dos imóveis residenciais e comerciais incorporados ao patrimônio da FUB. Destaca-se que ao durante o período analisado a Receita Patrimonial registrou um crescimento de 296,68%.

Tabela 18 ó Variação percentual da receita patrimonial da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

Ano	Receita patrimonial	%
2002	11.387.407,50	-
2003	5.511.205,62	-51,60%
2004	11.367.980,77	106,27%
2005	23.720.461,26	108,66%
2006	21.339.063,23	-10,04%
2007	26.840.224,80	25,78%
2008	31.738.605,78	18,25%
2009	34.801.999,83	9,65%
2010	36.771.611,93	5,66%
2011	38.014.046,83	3,38%
2012	38.769.024,79	1,99%
2013	38.231.953,18	-1,39%
2014	41.090.430,71	7,48%
2015	44.495.426,74	8,29%
2016	45.171.513,50	1,52%

Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Variação igual a zero.

Os dados apresentados na Tabela 19 demonstram a evolução da participação das Receitas Patrimoniais no Total das Receitas Arrecadadas pela FUB. Em 2002 a Receita Patrimonial representava 4,21% da Receita Total Arrecadada, em 2016 a Receita Patrimonial representava mais de 42% do Total da Receita. A evolução da Receita patrimonial revela o potencial econômico representado pelos mais de 1500 imóveis comerciais e residenciais incorporados ao patrimônio da FUB.

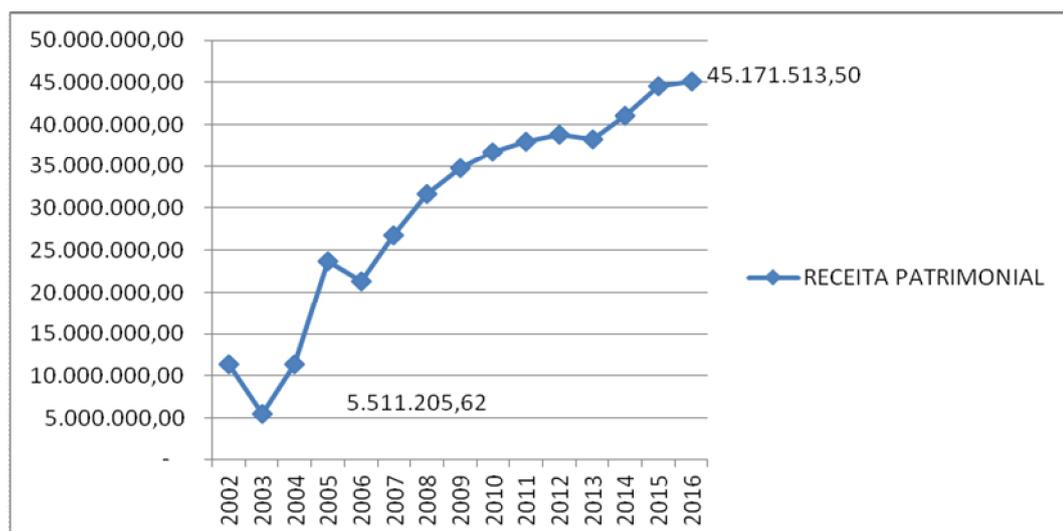
Tabela 19 ó Relação entre a Receita patrimonial e a Receita Total da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016

Ano	Receita Patrimonial	Receita Total	%
2002	11.387.407,50	270.673.547,70	4,21%
2003	5.511.205,62	260.186.842,62	2,12%
2004	11.367.980,77	256.571.084,26	4,43%
2005	23.720.461,26	316.473.237,18	7,50%
2006	21.339.063,23	305.458.181,21	6,99%
2007	26.840.224,80	395.903.851,45	6,78%
2008	31.738.605,78	457.211.822,51	6,94%
2009	34.801.999,83	429.115.405,81	8,11%
2010	36.771.611,93	486.016.560,65	7,57%
2011	38.014.046,83	334.344.488,00	11,37%
2012	38.769.024,79	467.412.317,68	8,29%
2013	38.231.953,18	583.791.310,49	6,55%
2014	41.090.430,71	446.681.229,81	9,20%
2015	44.495.426,74	120.709.505,05	36,86%
2016	45.171.513,50	105.842.873,59	42,68%

Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

O Gráfico 15 demonstra a crescente evolução da receita patrimonial da FUB. Destaca-se que em 2016 em que foi registrado a maior arrecadação com valor superior a 45 milhões de reais. A variação acumulada da Receita Patrimonial apresentou uma variação de 297% entre 2002 e 2016.

Gráfico 15 ó Evolução da Receita Patrimonial da Fundação Universidade de Brasília ó 2002-2016



Fonte: SIAFI (2017). Elaborado pelo autor.

## 5 CONCLUSÃO

O presente estudo se propôs a verificar se os custos com a Terceirização impactaram os investimentos na política de expansão da Universidade de Brasília - UnB. Para isto, foram analisadas a execução das despesas com Terceirização e das despesas de capital, também conhecidas como Investimentos.

Em sua concepção inicial a terceirização deveria permitir a economia, qualidade e agilidade na prestação de serviços. Destaca-se que os serviços prestados pelos trabalhadores terceirizados das mais diversas áreas como limpeza e conversação, vigilância ostensiva, apoio administrativo e manutenção de equipamentos são essenciais para o Funcionamento pleno da Universidade de Brasília. Entretanto, a manutenção dos contratos de terceirização tem apresentado um crescimento constante superior ao verificado em outras despesas obrigatórias e discricionárias.

Entre os resultados apresentados, destaca-se a constatação de que no período de 2002 a 2016 as despesas com Terceirização apresentaram um crescimento superior a 360% enquanto os investimentos ou despesas de capital tiveram uma redução superior a 83%. Em 2002 as despesas com Terceirização representavam 2,37% do orçamento e os investimentos 2,24%, porém ao longo do tempo as despesas com Terceirização foram absorvendo cada vez mais espaço do orçamento até que em 2014 representavam 6,44% do Orçamento. Para efeito de comparativo em 2014 as despesas de capital representavam apenas 0,97% do Orçamento, sendo que em 2006 as mesmas despesas registravam uma participação de 5,47% do total do Orçamento. Em 2016 as despesas destinadas a pagamento dos contratos de Terceirização eram mais 28 vezes superiores aos valores destinados a execução de Investimentos.

A análise da correlação entre as despesas com Terceirização e as despesas de capital demonstraram que no período analisado o coeficiente de correlação associado às duas variáveis foi de -0,48, representando um grau decrescente de associação entre as duas variáveis. Porém é necessário destacar que o coeficiente de correlação encontrado não determina casualidade, dessa forma não podemos afirmar que o crescimento das despesas com Terceirização foi o único fator determinante para a redução dos investimentos associados a expansão da Universidade.

O crescimento das despesas com Terceirização foi maior do que todas as despesas obrigatórias destinadas ao pagamento de pessoal ativo, inativo, professores substitutos e pensionistas. Durante o período analisado as despesas com pessoal ativo registraram um crescimento superior a 141%, no entanto esse crescimento foi bem inferior ao registrado com

as despesas de Terceirização que cresceram mais de 360%. Ao analisarmos os demais gastos com pessoal verificamos que as despesas com o pagamento de pessoal inativo cresceram 97%, as despesas com Pensionistas cresceram 205% e com professores substitutos cresceram pouco mais de 2%.

Ao analisarmos a expansão da Universidade é possível constatar que a construção de novos espaços físicos como laboratórios e salas de aulas, além da ampliação do número de cursos ofertados pode ocasionar um acréscimo em despesas relacionadas a manutenção e funcionamento da Instituição como é o caso das despesas com Terceirização. O crescimento desse tipo de despesas inibe a realização de novos investimentos e a consequente expansão da Universidade.

As despesas com Terceirização estão diretamente ligadas ao funcionamento da Universidade, criando as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e científicas. No entanto, o crescimento extraordinário das despesas com Terceirização criou como desafio para a Universidade a busca pela eficiência na gestão de seus contratos. Entre as ações necessárias para a racionalização das despesas com Terceirização destacamos a alteração no modelo de contratação, onde a instituição deixa de contratar apenas a mão de obra da empresa e passa a contratar o serviço prestado pela mesma. Esse tipo de contratação em um primeiro momento pode até ser mais dispendioso, no entanto assegura que o serviço será prestado, pois a empresa contratada deverá fornecer todos os insumos necessários a execução do serviço. Outra ação que poderia auxiliar no controle dos gastos com Terceirização seria a maior rigidez na fiscalização e avaliação dos contratos vigentes, buscando sempre identificar entre os contratos aqueles que estejam apresentando reajustes acima da inflação.

O investimento ou despesa de capital pode ser definido como aplicação de recursos públicos destinados com aquisição de máquinas equipamentos, realização de obras, aquisição de participações acionárias de empresas e aquisições de imóveis. Geralmente a despesa de capital ocorre com o objetivo de permitir a expansão das atividades do órgão.

A redução dos investimentos da Fundação Universidade de Brasília acarretará o sucateamento da infraestrutura da instituição, além de impactar na produção acadêmica e científica e nas ações destinadas a ampliação física da Instituição. Outro aspecto associado a redução dos investimentos pode se manifestar no desinteresse de alunos e pesquisadores pela carreira acadêmica. A realização de investimentos nas Universidades Federais seria capaz de impulsionar a ampliação de suas atividades e consequente permitir um efeito multiplicador

sobre a produção científica e acadêmica, gerando Receitas que permitiriam a retroalimentação do investimento de forma cíclica.

Como alternativa para a manutenção de um nível de investimento que permita a Universidade para a expansão e manter suas atividades, podemos citar como alternativa diversificação de suas fontes de Financiamento por meio de da prestação de serviços de pesquisas e desenvolvimento tecnológico que poderiam ser ofertados a sociedade.

Outra alternativa seria a maior exploração do seu patrimônio imobiliário, afinal de contas a Universidade possui atualmente mais de 1500 imóveis incorporados ao seu patrimônio que poderiam ser utilizados como forma de captação de recursos destinados tanto para a manutenção e custeio das atividades da Instituição como também para a realização de Investimentos que possam permitir a expansão da Universidade. As receitas patrimoniais cresceram mais de 296% entre 2002 e 2016, enquanto as Receitas Totais que incluem além das receitas patrimoniais, as receitas oriundas da prestação de serviços educacionais e de pesquisa registraram uma redução superior a 60%.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, M. Custos no serviço público. *Revista do Serviço Público*, Brasília, ano. 50, n. 1, p. 37-63, jan./mar. 1999. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/ver\\_file\\_3.asp?id=1803](http://www.bresserpereira.org.br/ver_file_3.asp?id=1803)>. Acesso em: 03 maio 2017.
- AMARAL, N. C. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. *Avaliação* (Campinas), Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772008000300003>>. Acesso em: 24 mar. 2017.
- AQUINO, C. A. B. et al. O fenômeno da precarização e da flexibilização laboral no âmbito da universidade pública brasileira: O caso dos professores substitutos. *Athenea Digital: Revista de Pensamiento e Investigación Social*, Bellaterra (Cerdanyola del Vallès), v.14, n. 1, p. 173-193, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n1.1004>>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- ARAÚJO, J. A.; MONTEIRO, V. B.; CAVALCANTE, C. A. *A influência dos gastos públicos no crescimento econômico dos Municípios do Ceará*. In: CARVALHO, E.B.S (Org.). ENCONTRO ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE, 2010, Fortaleza. Fortaleza: IPECE, 2010. p.176-200.
- BARBOSA, A. C. Q.; VALENÇA, M. C. A. A Terceirização e seus Impactos: Um Estudo em Grandes Organizações de Minas Gerais. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 163-185, 2002.
- BOUERI, R.; ROCHA, F.; RODOPOULOS, F. (Orgs.) *Avaliação da Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2015. 463 p.
- BORGES, A. M. C. Reforma do estado, emprego público e a precarização do mercado de trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, p. 255-268, maio/ago. 2004.
- BAUMOL, W.; BOWEN, W. G. *Performing Arts, The Economic Dilemma: a study of problems common to theater, opera, music, and dance*. New York: Twentieth Century Fund, 1966.
- BRASIL, Decreto nº 2271, de 7 de julho de 1997. Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 8 jul. 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2271.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2271.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2016.
- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2016.
- CARVALHO, V. R. Terceirização segundo Maquiavel. *Revista do Centro Universitário Nove de Julho*, São Paulo, n. 1, 2002.

CHAVES, V. L. J. Política de Financiamento e a expansão da Educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 427-441, 2015.

CGU ó Controladoria Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. Relatório de Avaliação por Área de Gestão nº 3: Gastos do Governo Federal com Terceirização de Serviços de Vigilância, Limpeza e Conservação Predial, 2015. Disponível em: <[http://sistemas2.cgu.gov.br/relats/uploads/6939\\_%20RAG\\_Terceirizacao.pdf](http://sistemas2.cgu.gov.br/relats/uploads/6939_%20RAG_Terceirizacao.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2015.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Diretoria de Terceirização ó DTER, Brasília, 2017. Disponível em <<https://www.daf.unb.br/dter>>. Acesso em: 10 mar 2017.

GOBETTI, S. W. Ajuste fiscal nos estados: uma análise do período 1998-2006. *Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro*, vol.14, n.1, p.113-140, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482010000100006>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

KÖHLER, M. A.; MENDES, M. J. *Por que o governo gasta tanto com terceirização?* Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, São Paulo, set. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/09/26/por-que-o-governo-gasta-tanto-com-terceirizacao/>>. Acesso em: 06 out. 2015.

LEIRIA, J. S.; SARATT, N. *Terceirização: uma alternativa de flexibilidade empresarial*. São Paulo: Gente, 1995.

MAGALHÃES, Y. T.; SOUZA, M. C. O.; ANDRADE, F. O. Primarização X Terceirização: um estudo em uma Prefeitura de Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 31., 2011, Belo Horizonte. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Engenharia de Produção, 2011. p. 8-22.

MANDARINI, M. B.; ALVES, A. M.; STICCA, M. G. Terceirização e impactos para a saúde e trabalho: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Psicologia: Organização e Trabalho*, Brasília, vol.16, n.2, p.143-152, jun. 2016.

MARCELINO, P.; CAVALCANTE, S. Por uma definição de terceirização. *Caderno CRH*, Salvador, vol.25, n.65, p.331-346, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000200010>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

MPOG ó Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008. Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 7 jun. 2002. Seção 1. Disponível em: <<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-02-de-30-de-abril-de-2008-1>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

MUSGRAVE, R. A. *The Theory of Public Finance*. New York: MacGraw-Hill, 1959.

SACHS, J.; LARRAIN, F. *Macroeconomia*. ed. rev. e atual. São Paulo: Makron Books, 2000. 848 p.

SIAFI 6 SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL: banco de dados preparado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério da Fazenda. Disponível em: <<https://siafi.tesouro.gov.br/senha/public/pages/security/login.jsf/>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

SILVA, R. M.; PREVITALI, F. S. *A Terceirização no Setor Público Brasileiro*: Um estudo acerca da terceirização na Universidade Federal de Uberlândia e seus impactos na qualidade do ensino. In: JORNADA DO HISTEDBR, 11, 2013, Cascavel. UNIOESTE: Grupo de Estudos e Pesquisas em "História, Sociedade e Educação no Brasil". Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada11/artigos/3/artigo\\_simposio\\_3\\_560\\_ricardo\\_margonari@hotmail.com.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/3/artigo_simposio_3_560_ricardo_margonari@hotmail.com.pdf)>. Acesso em: 04 set. 2014.

SIRELLI, P. M. Terceirização no âmbito Público Estatal - Estratégia (im) posta à Universidade Federal de Juiz de Fora. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 131-157, jun./dez. 2009.